UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE MEDICINA

Gabriela Antunes Ferreira

RACISMO E LAÇO SOCIAL:

os impactos de discursos racistas no (não) atendimento de adolescentes e jovens negros nas políticas públicas de Belo Horizonte

Belo Horizonte

2024

GABRIELA ANTUNES FERREIRA

RACISMO E LAÇO SOCIAL:

os impactos de discursos racistas no (não) atendimento de adolescentes e jovens negros nas políticas públicas de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Linha de Pesquisa: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações.

Orientadora: Dra. Cristiane de Freitas Cunha Grillo

Belo Horizonte

2024

Ferreira, Gabriela Antunes.
F383r Racismo e Laço Social [recurso eletrônico]: os impactos de discursos racistas no (não) atendimento de adolescentes e jovens negros nas políticas públicas de Belo Horizonte. / Gabriela Antunes Ferreira. - - Belo Horizonte: 2024.
119f.: il.
Formato: PDF.
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Cristiane de Freitas Cunha Grillo.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Política Pública. 2. Racismo. 3. Adolescente. 4. Psicanálise. 5. Dissertação Acadêmica. I. Grillo, Cristiane de Freitas Cunha. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: HT 1503

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FACULDADE DE MEDICINA - CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às **nove** horas e **trinta** minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte quatro, modo híbrido, plataforma lifesize e sala 526 - da Faculdade de Medicina - UFMG, realizou-se a sessão pública para a defesa de dissertação de **GABRIELA ANTUNES FERREIRA**, número de registro **2022688087** , graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**. A Presidência da sessão coube a Prof.ª Cristiane de Freitas Cunha Grillo - Orientador (UFMG). Inicialmente a Presidente após dar conhecimento aos presentes sobre o teor das Normas Regulamentares do trabalho final de Pós-Graduação, fez a apresentação da Comissão Examinadora, assim, constituída pelos Professores: Prof. Alessandro Pereira dos Santos (FUMEC), e Prof. Fábio Santos Bispo (UFES). Em seguida a Presidente autorizou a aluna a iniciar a apresentação de seu trabalho final intitulado: "**RACISMO E LAÇO SOCIAL: os impactos de discursos racistas no (não) atendimento de adolescentes e jovens negros nas políticas públicas de Belo Horizonte**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar a defesa de dissertação APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente a aluna pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, após lida, será assinada eletronicamente por todos os membros da Comissão Examinadora presente através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do Governo Federal.

Belo Horizonte, 02 de julho de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Fábio Santos Bispo**, **Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Cristiane de Freitas Cunha Grillo**, **Professora do Magistério Superior**, em 08/07/2024, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Pereira dos Santos**, **Usuário Externo**, em 08/07/2024, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3309493** e o código CRC **22014DC5**.

Referência: Processo nº 23072.232440/2024-61 SEI nº 3309493

Ao meu pai que me apresentou a cidade e à minha mãe
que não desistiu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me dar força, coragem e saúde para seguir, apesar de tudo. E pelos bons encontros ao longo do meu percurso. Nunca pensei que eu pudesse chegar tão longe e que as possibilidades da vida fossem tão maiores do que eu poderia imaginar.

Aos meus ancestrais por serem os responsáveis por eu estar aqui hoje, honrando todo o sofrimento com a vida, com o meu percurso e com o meu trabalho.

Ao meu companheiro de vida Guilherme, pelo incentivo de todos os dias: “vai lá, tchuca”.

Ao Programa de pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e seu corpo docente, que sustentam com qualidade e rigor a proposta do mestrado profissional.

À minha orientadora Cristiane Grillo, pela aposta em minha pesquisa e por ter sido tão acolhedora desde a primeira vez que nos encontramos.

Ao Alessandro Santos (Alê), pela escuta, pelas “consultorias”, pelas risadas, pela aposta no meu trabalho e pelas preciosas contribuições na banca de qualificação.

Ao Fábio Bispo, pela leitura cuidadosa e contribuições orientadoras à minha pesquisa.

Aos adolescentes e jovens pesquisadores participantes desta pesquisa.

À Rede Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças, Adolescentes e Jovens da UFMG - Rede/UFMG, por auxiliar na construção desta pesquisa.

À equipe “Adolescências na cidade”, equipe responsável pela escuta dos adolescentes na pesquisa *Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico No Município De Belo Horizonte - Minas Gerais*, pelo apoio, pela parceria e pelas importantes trocas.

À Ludmila Ribeiro, pela disponibilidade e pelo apoio com a leitura e apresentação dos dados quantitativos presentes nesta pesquisa.

Aos colegas do CRAS Vila Fátima, principalmente ao meu “chefe” Abraão, pela parceria, pela confiança e por todo aprendizado ao longo dos anos. A atuação nesse equipamento foi fundamental para os questionamentos que me levaram a este tema de pesquisa.

Às queridas colegas de mestrado “Barbies Mestrandas”, pelas trocas, pelo apoio, pela acolhida nos momentos de desespero e pelas intensas risadas e assuntos totalmente aleatórios que tiravam a dureza do percurso do mestrado.

Ao coletivo Ocupação Psicanalítica e ao Ateliê de Psicanálise e Segregação, pelas construções que me possibilitaram delinear esta pesquisa.

À minha analista, que está sempre “doida e surtada” ou “viajando na maionese”, mas que me escuta, não desiste de mim e me lembra que eu posso estar viva e desejante.

Aos meus amigos, que me incentivam todos os dias a acreditar no meu trabalho e sabem da importância que ele tem para mim. Amigos que suportam as minhas ausências, a minha correria, a minha disposição de centavos e o meu entusiasmo por todos os meus projetos de trabalho.

Ao Janela da Escuta, um projeto vivo e potente, que fez com que eu retomasse o meu desejo decidido de escutar os adolescentes e que me possibilitou estar na rede de uma outra forma. Estar no Janela da Escuta me autorizou a fazer algo com as minhas inquietações diante da minha própria atuação nas políticas públicas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo apoio à pesquisa “Janela da Escuta e adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Geris – adolescentes e redes de saúde na perspectiva dos jovens” FAPEMIG – APQ - 00762-22.

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens”
(Provérbio africano)

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar os impactos de discursos e práticas racistas no atendimento e no não atendimento de adolescentes e jovens negros pelas políticas públicas do município de Belo Horizonte. A hipótese deste estudo é que a organização das políticas públicas está ancorada no racismo e, por isso, desconsidera os atravessamentos raciais que recaem sobre os adolescentes e jovens negros, ressaltando as violências e rupturas no laço social a que eles estão submetidos. Diante disso, parte-se do conceito de necropolítica para a descrição de como as políticas públicas para a infância e adolescência se constituíram ao longo da história do Brasil, apontando para o modo com que essas políticas não consideram os aspectos raciais em seu funcionamento e estrutura. A partir da compreensão das particularidades dos adolescentes e jovens negros no contexto brasileiro, buscou-se racializar esses sujeitos, a partir do levantamento conceitual interdisciplinar de adolescências e juventudes e a exposição e análise de dados quantitativos sobre o atendimento ou não atendimento desses adolescentes e jovens, nas políticas públicas de Belo Horizonte. A partir dos objetivos desta pesquisa e do grupo etário que se pretendia escutar, este estudo foi inserido como parte de um projeto mais amplo intitulado “Direitos de crianças e adolescentes: diagnóstico no município de Belo Horizonte”. Neste sentido, o percurso metodológico foi construído a partir do que denominamos grupos inventivos, uma metodologia híbrida e interdisciplinar, com inspiração nas conversações de orientação psicanalítica. Durante a pesquisa, foram ouvidos 270 adolescentes, em 41 grupos, distribuídos nas regionais de Belo Horizonte. A partir de três fragmentos discursivos, buscou-se analisar como o racismo altera o modo com que os adolescentes e jovens negros fazem laço e quais são as suas saídas e invenções diante da violência racista. Por fim, elenca-se algumas contribuições da psicanálise para uma prática antirracista no atendimento dos adolescentes e jovens nas políticas públicas de Belo Horizonte.

Palavras-chave: políticas públicas; racismo; adolescência; laço-social; psicanálise.

.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impact of racist discourses and practices on the assistance and non-assistance of black adolescents and young people by public policies in the city of Belo Horizonte. The hypothesis of this study is that the organization of public policies is anchored in racism and therefore disregards the racial crossings that affect black adolescents and young people, highlighting the violence and ruptures in the social bond to which they are subjected. In view of this, we start from the concept of necropolitics to describe how public policies for childhood and adolescence were constituted throughout the history of Brazil, pointing to the way in which these policies do not consider racial aspects in their functioning and structure. From the understanding of the particularities of black adolescents and young people in the Brazilian context, we sought to racialize these subjects based on the interdisciplinary conceptual survey of adolescence and young people and the exposure and analysis of quantitative data on the care or lack of care for these teenagers and young people in public policies in Belo Horizonte. Based on the objectives of this research and the age group we intended to listen to, this study was inserted as part of a broader project entitled “Rights of children and adolescents: diagnosis in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais”. In this sense, the methodological path was built based on what we call inventive groups. A hybrid and interdisciplinary methodology, inspired by psychoanalytic conversations. During the research, 270 adolescents were interviewed, in 41 groups distributed throughout the regions of Belo Horizonte. Using three discursive fragments, we sought to analyze how racism changes the way black teenagers and young people bond and what their solutions and inventions are in the face of racist violence. Finally, some contributions from psychoanalysis to an anti-racist practice in the care of adolescents and young people in public policies in Belo Horizonte are listed.

Keywords: public policies; racismo; adolescence; social ties; psychoanalysis.

.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupo inventivo realizado no CRJ – Centro de Referência das Juventudes 58

Figura 2 – Cartões facilitadores..... 61

Quadro 1 – Vulnerabilidade social dos adolescentes negros (pretos e pardos) em Belo Horizonte..... 52

LISTA DE SIGLAS ABREVIATURAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
Bhmap	Mapa oficial da prefeitura de Belo Horizonte
CADúnico	Cadastro único
CAPSij	Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil
CERSAMi	Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIEN	Centro Inter-disciplinar de Estudos sobre a Criança
CMDCA/BH	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
CRJ	Centro de Referência das Juventudes
DATASUS	Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
DPIN	Diretoria de Políticas Intersetoriais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GVISO	Gerência de Vigilância Socioassistencial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
Medline	National Library of Medicine
NAMSEP	Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas
NEPEI	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Infantil e Infância
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PPAT	Programa de Promoção do Adolescente Trabalhador
REDS	Registro de Eventos de Defesa Social
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SGE	Sistema de Gestão Escolar
SIH/SUS	Sistema de Informações Hospitalares do SUS
SIGPS	Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais
SMASAC	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMED / PBH	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
SIVEP gripe	Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da gripe
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

1.1 Justificativa 17

1.2 Juventudes e racismo 20

2 A NECROPOLÍTICA E A ESTRUTURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL 22

2.1 Necropolítica e Branquitude 22

2.2 Racismo e estruturação das Políticas Públicas para infâncias e adolescências 26

2.2.1 O quesito raça/cor nos formulários e documentos das políticas públicas 32

2.3 Equidade e racismo institucional 36

3 ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES RACIALIZADAS 38

3.1 Adolescência conceituação interdisciplinar 38

3.2 Juventudes 45

3.3 Quem são os adolescentes e jovens atendidos e os não atendidos pelas políticas públicas de Belo Horizonte? 48

4 A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO METODOLÓGICO COM OS ADOLESCENTES 55

4.1 Direitos de crianças e adolescentes: Diagnóstico do município de Belo Horizonte – Minas Gerais 56

4.2 Descrição do Método 57

5 O QUE OS ADOLESCENTES NOS ENSINAM SOBRE A CIDADE, SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOBRE O RACISMO 62

5.1 Racismo: uma chave de leitura 63

5.2 Psicanálise e racismo: contribuições para a leitura dos fragmentos 66

5.2.1 O Racismo como marca: "Isso vai mudando o seu comportamento sempre, é desconfortável" 70

5.2.2 O corpo desvalorizado: "(...) se você é negro ou você é ladrão ou você é macumbeiro." 72

5.2.3 O ideal de bem-estar do colonizador: "querem uma família perfeita!" 73

5.3 Invenções que fazem laço: Propostas 75

5.4 Invenções fora do laço: rupturas 77

5.5 A negativa como um dado 79

5.6 Contribuições da psicanálise à *práxis* antirracista nas políticas públicas 80

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS 84

REFERÊNCIAS 89

ANEXO A - Aprovações do COEP e Termo de Anuência da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte 95

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE Adolescentes participantes da pesquisa (12 a 18 anos) 102

ANEXO C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE Adolescentes participantes da pesquisa (12 a 18 anos) 106

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Pais ou responsáveis pelos adolescentes até 18 anos..... 110

ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Tutores..... 114

ANEXO F – PROJETO DE LEI ELABORADO PELOS VEREADORES-MIRINS PROJETO DE LEI Nº 12..... 117

1 INTRODUÇÃO

Certa vez, em uma capacitação ofertada pela Prefeitura de Belo Horizonte sobre “Atendimento às Juventudes”, uma colega de um outro serviço – que por vezes se deparava com o atendimento de adolescentes – faz uma pergunta ao palestrante:

— Por que os adolescentes não querem conversar comigo? Por que eu não consigo fazer com que eles apenas respondam às minhas perguntas? Nunca consigo criar um vínculo com eles. Gostaria de uma dica para facilitar esse processo.

O palestrante, um arte-educador negro, responde:

— Primeiro, esse adolescente não foi convidado a vir a esse espaço, ele foi obrigado como parte de uma regra que dizem que é para o bem dele. Ele chega em uma sala branca, em um ambiente naturalmente hostil, em que ele não se identifica com nada, sem nenhum tipo de elemento que remeta a sua idade, às coisas que ele está acostumado, à sua quebrada. É agressivo pensar que o adolescente irá se abrir assim.

Ela continua

— M*as o que a política pública me dá é esse ambiente e eu não sei sobre as coisas que ele sabe.*

O palestrante então, responde:

— Para se aproximar desse jovem, é preciso estar atento ao que ele tem a dizer sobre todas as coisas que ele vive e acredita sem querer impor o que você acha que é certo. Um detalhe já abre espaço para que esse encontro seja além de cumprir uma tarefa e preencher um formulário. Vocês têm uma diferença evidente entre cor e classe social, porém, é sua responsabilidade não tornar essa diferença mais uma violência para esse jovem que foi repetidamente violado.

A partir dessa reprodução, não com as palavras exatas, mas do que me foi transmitido desse pequeno fragmento – vivenciado alguns meses após a minha entrada na política pública de assistência social do município de Belo Horizonte –, pensei sobre o quanto essa fala é orientadora para o atendimento do adolescente, principalmente o adolescente que é atendido no contexto das políticas públicas e atravessado pelos marcadores de classe e raça. Uma orientação ética que diz da escuta do sujeito, em sua singularidade. Não é preciso mudar de sala ou de técnico

para atender cada adolescente, mas é preciso escutar cada adolescente no que há de mais singular, porém, sem desconsiderar as particularidades que se impõem a ele, como os marcadores sociais de gênero, classe, raça ou território, por exemplo.

Ao longo da minha experiência profissional em diferentes políticas públicas do município de Belo Horizonte e região metropolitana, percebi que o sofrimento subjetivo de alguns sujeitos atravessados pelo marcador da cor da pele e dos fenótipos negros traziam muito mais do que o não acesso a algum direito garantido por aquela política pública. Além disso, havia também os sistemáticos não-acessos, intensificados por uma escuta que não considerava esses atravessamentos ao se pensar nas ofertas e no acompanhamento desses sujeitos ao longo de seu percurso na rede de atendimento.

Nas políticas públicas, é comum que exista um calendário de campanhas temáticas nas quais alguns temas devem ser abordados com os usuários. Entretanto, somente a realização dessas campanhas não garante que algo que é estrutural e estruturante da sociedade brasileira, seja considerado pelo operador da política pública quando ele escuta um sujeito que acessa determinada política. A questão do racismo é, por vezes, negada e velada pela sociedade brasileira. Desvelar o racismo e considerá-lo, quando se atende um usuário de uma política pública, é fundamental para que este sujeito não seja novamente violado.

Somando-se a isso, o Anuário da Segurança Pública (2022) apresenta o seguinte dado: no que diz respeito às mortes violentas de adolescentes do sexo masculino no Brasil – que traz o grupo das mortes na faixa etária entre 12 e 17 anos – mais de 80% das vítimas são homens negros assassinados pelo uso de arma de fogo. Ou seja, o corpo do adolescente negro, no Brasil, é marcado para a morte.

Diante disso, o objetivo deste estudo é investigar, descrever e analisar os impactos de uma prática impregnada pelo racismo estrutural na subjetividade dos adolescentes e jovens atendidos e não atendidos pelas políticas públicas do município de Belo Horizonte.

Para a construção deste estudo, buscou-se apresentar um percurso que parte do universal do racismo para o singular da escuta do sujeito. Na primeira seção, buscou-se apresentar, a partir do conceito de necropolítica, o cenário do racismo estrutural e institucional no Brasil, heranças do passado colonial e escravocrata do

país e suas reverberações na estruturação das políticas públicas para adolescentes e jovens no contexto brasileiro.

A segunda seção teve como objetivo, localizar as particularidades dos adolescentes e jovens negros e sua circulação pela rede de políticas públicas do município de Belo Horizonte. Para tanto, inicia-se a partir da conceitualização de adolescência e juventudes, partindo de uma perspectiva interdisciplinar. Logo após, apresentam-se dados quantitativos sobre o atendimento de adolescentes e jovens nas políticas públicas do município de Belo Horizonte.

A terceira seção apresenta a construção de um percurso metodológico com os adolescentes e jovens participantes deste estudo. Nesse sentido, os adolescentes e jovens foram convidados a serem pesquisadores e, a metodologia deste estudo, foi construída, a cada vez, a partir do que era escutado dos jovens pesquisadores.

Por fim, na última seção, a partir da análise dos dados, buscou-se recolher como o racismo incide na circulação dos adolescentes e jovens na cidade e nas políticas públicas de atendimento. Para tanto, são analisados três fragmentos, tendo como ponto de análise o conceito de laço social e discursos empreendido por autores de orientação psicanalítica. Diante disso, recolhem-se os impactos e invenções singulares dos jovens como resposta aos atravessamentos impostos pelo racismo institucional, que os expulsa da dinâmica da cidade e das políticas públicas de atendimento. Ao final, são apresentadas as contribuições clínicas e políticas da psicanálise para o atendimento de adolescentes e jovens nas políticas públicas do município.

1.1 Justificativa

Minha atuação nas políticas públicas – mesmo com os protocolos, relatórios e com a dureza das respostas institucionais – sempre foi pautada a partir de um desejo decidido de escutar aqueles sujeitos, apesar do que o equipamento me demandava. Uma escuta orientada pela ética da psicanálise, em que o sujeito é quem guia o seu percurso por aquele serviço e o caso como orientador para as intervenções institucionais.

Durante alguns anos, atuei no sistema prisional, em um centro de remanejamento – primeiro lugar onde os presos adultos chegavam e aguardavam

para o cumprimento da pena em outra unidade prisional. Uma espécie de recepção do sistema prisional, local que recebia presos da região metropolitana de Belo Horizonte. Um dado, que não é novo e que se repete com pequenas modificações a cada ano, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), é que grande parte daqueles sujeitos eram jovens entre 18 e 29 anos, negros e presos por tráfico de drogas ou crimes contra o patrimônio. Jovens que, em suas histórias, narravam uma baixa escolaridade – com um rompimento precoce com a educação –, além do desconhecimento ou o pouco trânsito em outras políticas públicas, como assistência social, saúde ou cultura.

Na política de assistência social, trabalhando em um equipamento de base territorial, foi possível traçar algumas semelhanças em alguns pontos, como o não acesso a algumas políticas públicas por desconhecimento ou mesmo porque a segurança pública, em seu viés punitivo, atuou prontamente quando o resto da rede de políticas públicas falhou. As políticas públicas não alcançam esses usuários, não por falta de trabalho de seus operadores, mas pela ausência de um debate mais profundo sobre o que faz ou não um usuário aderir às ofertas ou participar das instâncias de controle social, por exemplo.

O trabalho no Sistema Prisional e na Assistência Social, me demandou articulação e diálogo com as redes de atendimento, o que fez com que eu pudesse observar como os discursos sobre aqueles sujeitos circulavam e também me perguntar como valorizar o saber que vinha de cada sujeito diante do seu caso.

Em meio a essas duas experiências, iniciei o meu percurso no “Janela da Escuta”, projeto que tem como direcionamento ético o “adolescente como especialista de si”. O Janela da Escuta funciona no ambulatório de saúde do adolescente no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no instituto Undió, além de ser um laboratório do CIEN[1] (Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança), faz parte da rede de saúde e tem seu atendimento vinculado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Entretanto, a sua metodologia cria um espaço para que haja uma tessitura de uma rede de atendimento sob medida para os adolescentes e jovens atendidos. Nesse sentido, o Janela da Escuta é o ponto da rede que está dentro e fora ao mesmo

1 Está ligado internacionalmente aos Institutos do Campo Freudiano e trabalha de forma inter-disciplinar com os profissionais de várias áreas para a abertura de um campo de investigação da psicanálise juntamente com outros discursos que incidem sobre as crianças e jovens.

tempo, pois não tem o imperativo do cumprimento de protocolos institucionais, mas possui a ética de considerar em primeiro plano o saber que o sujeito traz sobre si e o que o caso nos ensina sobre a sua condução.

Para que sejam possíveis as articulações, o Janela da Escuta se utiliza metodologicamente das conversações clínicas. Para Briole (2020), as conversações clínicas têm como ponto norteador a extração dos detalhes do caso, além de uma descrição de informações sobre o sujeito. Sendo assim, a singularidade emerge em contraponto às categorizações.

Inicialmente, o projeto teve a função de me proporcionar um respiro da prática protocolar da instituição, uma vez que no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, onde eu atuava, além de ser referência dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), incluindo o Projovem adolescente, também me deparava com vários casos de adolescentes e jovens em que a dificuldade da não adesão ao serviço ou às ofertas da assistência social, era a tônica.

Além disso, no meu percurso no Janela da Escuta foi possível recolher, a partir dos casos atendidos, como o dado raça/cor é imprescindível para se pensar a condução de alguns casos, que vão desde a recusa em se inserir em algum serviço da rede ou pontos de ruptura com as políticas públicas até em pontos mais singulares, como quando questões como famílias interraciais, por exemplo, aparecem como ponto central do caso.

Em contraponto à atuação nas políticas públicas de atendimento, está a minha atuação na clínica psicanalítica, em que vários sujeitos demandam ser escutados por psicanalistas negros, por acreditarem que só assim o seu sofrimento poderia ser legitimado. Soma-se a isso, a pouca presença de pessoas pretas nos espaços de psicanálise em que eu frequentava e a pouca articulação da psicanálise com a temática. A partir daí, comecei a investigar no dispositivo do Cartel as articulações entre psicanálise e segregação, sobretudo no que concerne a segregação racial.

A partir das minhas vivências profissionais acima descritas, algumas perguntas surgiram ao longo desse percurso:

- Qual é o impacto de uma prática impregnada pelo racismo estrutural na subjetividade dos adolescentes e jovens atendidos ou não atendidos pelas políticas públicas do município de Belo Horizonte?

- A forma com que as políticas públicas para adolescentes se organizam contribui para os acessos e não acessos dos adolescentes e jovens às diferentes políticas públicas?
- As ofertas das políticas públicas ao adolescente e jovens consideram os atravessamentos raciais estruturantes da sociedade brasileira?

1.2 Juventudes e racismo

Para verificar as produções acadêmicas sobre a temática desta pesquisa, um levantamento bibliográfico foi realizado com o auxílio da equipe do serviço de referência da biblioteca J. Baeta Vianna do campus saúde da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nesse sentido, a estratégia de busca objetivou recuperar os estudos que contivessem (pelo menos) um dos termos de cada conceito: Racismo, adolescência e Política Pública. A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados, entre os dias 07/08/2023 e 15/08/2023: BVS, Medline via Pubmed, Cochrane, Scopus (via Portal Capes), Web of Science (via Portal Capes) e Embase (via Portal Capes).

Das produções encontradas, Cunha e Moreira (2023) corroboram a hipótese que relaciona o genocídio negro com a necropolítica, além da dinâmica de exclusão sistemática do jovem negro das políticas públicas e do acesso aos direitos. Nessa dinâmica, o genocídio se inicia muito cedo na vida desses jovens negros, a partir da expulsão das políticas públicas. Já Santos e Scopinho (2011) discutem como se dão as construções racistas que não consideram os jovens negros como sujeitos de direitos e, consequentemente, os mantêm fora do mercado de trabalho formal, destinando-os a trabalhos informais e mais precarizados. As autoras partem da forma com que o trabalho escravo no Brasil foi substituído de maneira a excluir o negro do trabalho formal, reiterando a dinâmica de exclusão e não acesso aos direitos sociais.

Guareschi *et al.* (2002) e Fernandes, Martins e Oliveira (2016) partem de metodologias de pesquisa e intervenção com adolescentes para tratar de temáticas referentes aos atravessamentos do racismo na vivência deste público. Nesse sentido, Guerra, Aranha e Vidigal (2018), apostam na palavra, a partir de uma estratégia metodológica de orientação psicanalítica, para o trabalho com jovens negros e periféricos. As autoras propõem um trabalho de intervenção que parte do saber do

jovem e busca incidir sobre questões como: racismo, criminalidade e mortalidade juvenil. Tal abordagem vai ao encontro à metodologia utilizada na presente pesquisa, que tem as conversações de orientação psicanalítica como ponto de partida para os grupos inventivos. Diante disso, quais seriam as possibilidades dos grupos inventivos como metodologia de pesquisa, mas também de intervenção? Esse questionamento parte da premissa de que a escuta realizada nas conversações tem efeitos sobre os sujeitos e sobre o analista que conduz.

Além desses, foram encontrados os estudos de Scisleski, *et al.* (2016) e Faustino e Hüning (2015) que, a partir de pesquisas realizadas no contexto dos municípios de Campo Grande/MS e Maceió/AL, respectivamente, confirmam a relação que se pretende estabelecer nesta pesquisa entre racismo, necropolítica e genocídio da juventude negra em curso no Brasil.

A partir do levantamento bibliográfico, observo que há a presença de estudos que investigam a temática das juventudes e racismo. Porém, apesar de se tratar de uma temática relevante, ainda há uma lacuna na produção de conhecimento, principalmente, no que se refere às ressonâncias do racismo em relação às políticas públicas para as juventudes. Nesse sentido, a hipótese desse estudo é que a organização das políticas públicas está ancorada no racismo e por isso desconsideram os atravessamentos raciais que recaem sobre os adolescentes e jovens negros, ressaltando as violências e rupturas no laço social a que eles estão submetidos.

2 A NECROPOLÍTICA E A ESTRUTURA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL

Esta pesquisa parte de uma atuação em diferentes políticas públicas em que adolescentes e jovens negros estavam presentes no atendimento direto e de forma indireta, no atendimento de seus familiares. Nesse sentido, presenciei questionamentos de outros profissionais da rede de atendimento sobre a recusa ou a não adesão às ofertas das políticas públicas. Além de sua ausência em algumas políticas públicas (como políticas públicas de saúde), em contraponto à presença massiva em outras (como na segurança pública, pelo viés do encarceramento).

Diante disso, busca-se nesta seção, um diálogo entre diferentes autores e campos de conhecimento. As análises e interlocução desta pesquisa terão, como chave de leitura, autores que tecem elaborações acerca do racismo, necropolítica e branquitude, estabelecendo uma correlação com as políticas públicas e o seu modo de funcionamento no Brasil.

2.1 Necropolítica e Branquitude

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2018b) cunhou o termo necropolítica para descrever o aparato estrutural que os Estados modernos se utilizam para defender suas populações, porém, às custas de um discurso segregacionista, que justifica a necessidade de proteção desses Estados.

Nesse sentido, a soberania aparece como a capacidade do Estado em decidir quem pode viver ou morrer, o que se relaciona ao conceito de biopoder, longamente trabalhado por Foucault, em que “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle” (Mbembe, 2018b, p.7).

Em termos de territorialidade, o Estado soberano determina que quem está fora de seus domínios territoriais, não está submetido às mesmas leis que o Estado, por isso, as colônias são tidas como um não-lugar, um lugar de desordem, em que toda a violência é permitida (Mbembe, 2018b).

Mbembe (2018b), ao falar do necropoder e da ocupação colonial na modernidade tardia, traz o espaço da colônia como substrato para o exercício da soberania e do poder. O autor cita Frantz Fanon, ao descrever a ocupação colonial.

> Para ele, a ocupação colonial implica, acima de tudo, uma divisão do espaço em compartimentos. Envolve a definição de limites e fronteiras internas, representadas por quartéis e delegacias de polícia; está regulada pela linguagem da força pura, presença imediata de ação direta e frequente; e isso se baseia no princípio da exclusividade recíproca. Todavia, o mais importante é o modo como o poder de morte opera (Mbembe, 2018b, p.41).

Além disso, Fanon *apud* Mbembe (2018b) cita a cidade do colonizado como um lugar precário e sem recursos, onde as vidas e os modos de viver não importam. Gonzáles (1979 *apud* Gonzales, 1984) afirma algo semelhante, quando diz sobre a situação do negro no Brasil, desde a época do Brasil colônia. A autora reinterpreta a teoria do "lugar natural", de Aristóteles, e afirma que, a partir das estratégias de dominação e dos diferentes modos de produção econômica, a divisão espacial das cidades – assim como os acessos à urbanização e a formas salubres de moradia – é uma reprodução da dinâmica entre dominador e dominado. A divisão racial do espaço determina onde a presença policial está para proteger ou para violentar, onde as moradias refletem altos índices de qualidade de vida ou insalubridade e pobreza. Segundo a autora:

> É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (Gonzales, 1979 *apud* Gonzales, 1984, p. 232)

Ainda sobre territorialidade, Kilomba (2019) alega que a estratégia do isolamento é uma forma de assegurar a superioridade branca, mantendo os negros no lugar a eles destinado, uma vez que a presença de negros em determinados locais poderia desmantelar a lógica da branquitude.

No capítulo intitulado "Personalidade autoritária, masculinidade branca e nacionalismo", Bento (2022) faz uma leitura sobre a eleição de um inimigo externo com a finalidade de criar uma dicotomia entre "nós e eles". A personalidade autoritária coloca o seu grupo como o centro de tudo e os "outros" são lidos a partir de seu universal. O inimigo externo, o diferente do universal, é atacado e a ele são direcionados a raiva e o ressentimento social.

Ainda nesse capítulo, Bento (2022) explicita as diferenças nas abordagens policiais e no encarceramento, a depender do tipo de crime cometido e,

consequentemente, quem comete esse crime. Os crimes de colarinho branco, cometido por políticos, em sua quase totalidade homens brancos, são punidos de forma diferente do tráfico de drogas, em que jovens negros são tipificados como traficantes e encarcerados com relativa facilidade.

Bento (2022) também cita o conceito de “biopoder” e “biopolítica” de Michel Foucault, além da leitura de Achille Mbembe sobre “necropolítica”, para pensar a regulação sobre vida e morte de alguns corpos. O que ressalta a estratégia de criação de um inimigo externo, depositário das diferenças e, por isso, passível de morte.

Ao descrever a sua experiência em um Programa de Residência em um dos maiores complexos de favelas do Brasil, Ribeiro (2022) relata uma das estratégias das mulheres da comunidade Nova Holanda para diminuir a violência policial contra os jovens ali residentes: no momento das operações policiais, as mulheres, em sua maioria negras, seguiam o carro blindado da Polícia Militar (caveirão), acompanhando e filmando as ações da polícia nesses momentos. Tal ação visava evitar que os jovens apreendidos fossem levados para outras favelas em guerra ou que fossem torturados e mortos pelos próprios agentes da operação.

Ribeiro (2022) cita o prefácio do livro “O Despertar e o Exílio”, de Lacadée (2011), e o relaciona com a nova roupagem adquirida pela necropolítica brasileira. Jovens que fogem da norma, moradores de territórios periféricos, são nomeados pelas autoridades francesas com nomes que os retiram de um lugar de existência e os tornam passíveis de eliminação, uma condição similar ao que ocorre com os jovens negros no Brasil.

Em seu livro “O Pacto da Branquitude”, Cida Bento (2022) trata das relações de privilégios estabelecidas e mantidas pelo grupo dominante, em que o branco é colocado como o universal, o modelo a ser seguido. Em contraponto, os “outros”, que não fazem parte desse universal, são os “outros” racializados. A sua investigação parte do que é recolhido nas esferas corporativas e nas diferenças de acesso de pessoas negras e pessoas brancas ao mercado de trabalho.

A autora define como branquitude, a invisibilização das contribuições de outras raças que não sejam a branca para a construção da história das instituições e da própria sociedade. Tal invisibilização se dá a partir da transmissão de valores, ferramentas, processos e discursos homogêneos, onde têm-se “um pacto de

cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18).

O mérito surge como alternativa racional para justificar a disparidade de acesso aos postos de trabalhos em espaços institucionais. Ou seja, pessoas brancas possuem melhores postos de trabalho porque possuem mais qualificação, justificativa que desconsidera toda a estrutura escravocrata sobre a qual o Brasil foi constituído (Bento, 2022).

Sobre o conceito de meritocracia, Bento (2022, p. 21) afirma que:

> [...] o conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa.

Sobre a herança histórica dos descendentes de escravizados e dos descendentes dos escravocratas, Bento (2022) afirma que os impactos da escravidão e a ressonância negativa desses impactos para a população negra são cotidianamente ressaltados. Entretanto, há um silêncio sobre os impactos positivos da descendência escravocrata para as pessoas brancas. Por esse motivo, diz-se que existe um pacto narcísico para a proteção mútua entre os herdeiros brancos, em que há um segredo coletivo acerca das atrocidades cometidas por seus ancestrais.

A herança do herdeiro branco torna-se uma inscrição subjetiva no coletivo. Diante disso, ele se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dos privilégios adquiridos. Um acordo velado, silencioso e que se aproveita do discurso meritocrático para se perpetuar. Além disso, há um movimento de exclusão dos que não são semelhantes ou os que não se esforçaram o suficiente para usufruírem do sistema de privilégios (Bento, 2022).

Para a autora, desvelar os segredos sobre a herança escravocrata e colocar em palavra o que foi silenciado, pode ajudar as gerações atuais a reconhecerem os seus privilégios para que, a partir daí, seja possível “avançar para outros pactos civilizatórios”. (Bento, 2022, p.25)

2.2 Racismo e estruturação das Políticas Públicas para infâncias e adolescências

Kilomba (2019) define o racismo a partir de três características: a construção da diferença a partir do referencial da branquitude, partindo da afirmativa de que tudo o que difere do branco é considerado como “Outras/os” raciais; a hierarquização valorativa das diferenças, ou seja, são atribuídos valores inferiores aos “Outras/os” raciais, criando-se o preconceito pelos valores atribuídos; já a terceira característica se refere à junção das duas primeiras, a partir do estabelecimento de relações de poder, partindo-se da supremacia branca. Nas palavras da autora:

> O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. Quem pode ver seus interesses políticos representados nas agendas nacionais? Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o quê? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem, não é? (Kilomba, 2019, p. 76).

Kilomba (2019) destaca o racismo estrutural como a utilização das estruturas oficiais para privilegiar os sujeitos brancos, enquanto os grupos racializados ficam de fora da estrutura dominante, em uma posição de desvantagem em relação a ela. E o racismo é concebido de maneira institucionalizada, quando há um tratamento desigual nas pautas institucionais, tanto no âmbito público quanto no privado.

O ponto de partida para o racismo ocidental é inventar as raças, um elemento político que tem como função a manutenção de uma assimetria, além da justificação de exploração e sujeição de alguns corpos. É produzir uma raça, a partir de um conjunto de discursos e práticas a fim de criar o negro enquanto um ser exterior, diferente e, portanto, que pode ser desumanizado e explorado. A invenção das raças foi uma das ferramentas para o colonialismo e consequente ascensão do capitalismo moderno. Era preciso uma dicotomia justificada para separar o atraso e o progresso, o colonizado e o colonizador (Mbembe, 2018a).

Segundo Almeida (2018), o racismo é produto da forma como o Brasil se constitui, o que inclui as relações políticas, jurídicas e familiares. Nesse sentido, no contexto brasileiro, o racismo é estrutural e estruturante da sociedade. A desigualdade de acessos, qualidade de vida e indicadores sociais presentes no Brasil, a partir dos recortes de raça e classe social, é consequência direta do racismo estrutural.

Para Almeida (2018), os termos racismo estrutural e racismo institucional, embora sejam utilizados algumas vezes como sinônimos, abarcam diferentes dimensões específicas do racismo. O autor define as instituições como os protocolos que orientam as ações sociais e dão estabilidade aos sistemas sociais. Elas são responsáveis por normatizar as ações dos indivíduos, com o objetivo de manter o funcionamento social e são a materialização do que regulamenta a vida social. A partir disso, ele conclui que:

> [...] a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (Almeida, 2018, p.39).

A concepção institucional do racismo parte do poder como o ponto central. Nesse sentido, os grupos que exercem o poder, dentro das instituições, naturalizam o seu domínio, de modo que os demais membros aceitem a institucionalização de seus interesses. Sendo assim, o racismo institucional se dá quando a norma se baseia em critérios discriminatórios de raça, com o intuito da manutenção dos privilégios do grupo racial que está no poder. E consequentemente, essa será a forma de funcionamento que orientará a instituição (Almeida, 2018). Ainda segundo o autor:

> Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (Almeida, 2018, p.40-41).

Entretanto, apenas a presença de negros nas instituições ou a discussão das desigualdades existentes, não são suficientes para que as práticas racistas deixem de existir no enredo institucional. Isso porque existe uma construção simbólica e imaginária para que essa instituição se mantenha racista. Os brancos precisam se racializar, para que seja possível uma responsabilização pela manutenção ou não do modo de funcionamento institucional racista. Além disso, a diretriz que orienta as instituições precisa ser antirracista.

A publicação “Racismo Institucional: uma abordagem conceitual”, realizada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra e coordenada por este instituto, juntamente

com o Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, tem o objetivo de ampliar o marco conceitual referente ao Racismo Institucional, permitindo a sua leitura frente às questões de gênero, principalmente no que se refere a posição da mulher negra no país. Diante disso, sirvo-me de alguns apontamentos da publicação para pensar o racismo estrutural e a sua relação com a proteção social e políticas públicas. Nesse sentido, o termo "proteção social" possui a seguinte definição:

> [...] um conjunto de políticas públicas – e também sua qualidade e abrangência - capazes de estabelecer padrões mínimos de igualdade e estabilidade social a pessoas e grupos, garantindo oportunidades para seu desenvolvimento e existência em patamares confortáveis. Desse modo, impondo restrições e confrontando as formas como as ideologias e práticas excludentes restringem direitos e produzem sofrimentos e injustiça (Geledés; CFEMEA, 2013b, p. 25).

A publicação também aponta como o nível de proteção social está subordinado à forma com que o racismo institucional incide em diferentes níveis: estrutural, de Estado, política públicas e programas, projetos e ações. Com isso, observa-se que o grupo racialmente dominante atua dentro desses níveis, de modo a manter as desigualdades sociais e impedir a autonomia de outros grupos raciais. Isso significa que o racismo institucional produz e mantém a exclusão social, por meio da manutenção do poder exercido pela branquitude. Porém, reconhecer como essa dinâmica se dá é o ponto fundamental para intervenções capazes de modificar o modo de funcionamento racista das instituições (Geledés; CFEMEA, 2013b).

Ainda nesse sentido, o "Guia de enfrentamento do racismo institucional" – realizado e coordenado pelas mesmas instituições citadas acima – apresenta algumas definições de racismo institucional que possuem, como característica comum, tratar o racismo institucional como uma falha das instituições em garantir o atendimento apropriado aos indivíduos em relação a sua cor, cultura, origem étnica ou racial (Geledés; CFEMEA, 2013a).

Diante dessa definição, o Guia traz vários indicadores sociais, recolhidos nas políticas públicas, sobre as desigualdades sociais referentes à população negra. Muitos dos indicadores de desigualdade e vulnerabilidade social melhoraram, se considerarmos o Brasil como um todo, porém, a população negra continua em posição de menos acesso e maior vulnerabilidade social. Sendo assim, o racismo institucional, além de produzir desproteções, perpetua a condição estruturante da sociedade brasileira (Geledés; CFEMEA, 2013a).

A história das políticas sociais no Brasil – principalmente se for pensada sob o viés de proteção à infância e adolescência – lança luz à maneira com que, institucionalmente, o racismo atravessou a construção dessas políticas, o que reverbera no atendimento destinado ao adolescente e jovem negro no Brasil, atualmente.

Perez e Passone (2010), no artigo “Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil”, fazem uma linha cronológica do desenvolvimento das políticas sociais no que se refere à infância e adolescência, juntamente com a evolução do sistema de proteção social no Brasil.

Inicialmente, os autores afirmam que há duas vertentes nos estudos sobre as políticas sociais no Brasil. Por um lado, há um conjunto de trabalhos que apontam a inexistência de um sistema de proteção social até 1990, devido à fragilidade das ações e do não reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais. Diante disso, as políticas sociais do período são lidas como uma forma de controle e legitimação dos governos vigentes. Por outro lado, há trabalhos que concebem que, entre 1930 e 1980, houve um período de institucionalização de um arcabouço básico de ações que traduzem algum avanço nas políticas sociais.

Na primeira parte do artigo, os autores descrevem o tratamento destinados aos jovens no Brasil no período de 1889 a 1985, de acordo com a seguinte divisão:

> [...] a República Velha (1889 a 1930); o autoritarismo populista (1930 a 1945) com a instituição do Serviço de Assistência ao Menor – SAM –, entidade de contenção-repressão infanto-juvenil; a expansão centralizada das políticas sociais sob a democracia populista (1945 a 1964), período também caracterizado pelo fracasso do SAM e, subsequentemente, pela emergência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem –, no governo ditatorial (1964 a 1985) (Perez; Passone, 2010, p. 652).

Perez e Passone (2010) versam sobre o antagonismo das concepções teóricas e ações do Estado em relação à infância, uma vez que, ao mesmo tempo, coexistem as que possuem como foco a defesa de direitos e as que têm como foco a violência. Nas palavras dos autores:

> Essa parte da história no Brasil foi impiedosa e pode ser demarcada por fases características: na colonização, com a aculturação imposta às crianças indígenas pelos jesuítas; a segregação e a discriminação racial na adoção dos “enjeitados”, no período imperial; o infanticídio disfarçado pela Roda dos Expostos e pela exploração do trabalho de crianças no mundo fabril, no fim do século XIX e início do XX (Pilotti, Rizzini, 1995; Rizzini, 1997, 2000 *apud* Perez; Passone, 2010, p. 653).

No período de 1930 a 1945, o autoritarismo populista reconhecia o trabalhador e sua família como parte da sociedade. Esse momento foi marcado pelo assistencialismo estatal e privado, com foco nas famílias trabalhadoras, em que a sociedade era regulada pela posição profissional e social do indivíduo. Ao mesmo tempo, práticas repressivas e higienistas privilegiavam a internação como a solução para às crianças que não se adequavam à ordem social. Ressalta-se que, em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, como resposta ao Decreto nº 3.799, "que atribuía ao Estado poder para atuar junto aos 'menores', reiteradamente qualificados como 'desvalidos' e 'delinquentes'" (Perez; Passone, 2010, p. 654).

Esse período também marcou uma característica da sociedade brasileira, em que os direitos sociais foram garantidos anteriormente aos direitos civis e políticos. Sendo assim, os direitos sociais não foram resultado de negociações sociais e não foram constituídos a partir da participação popular, atravessando a noção de cidadania do povo brasileiro (Perez; Passone, 2010).

No período de 1945 a 1964, houve a primeira experiência democrática no país e, o atendimento à infância foi influenciado por esse período, passando a contar com a participação da comunidade e de agências internacionais. Além disso, tal atendimento mesclava ações assistencialistas, higienistas e repressivas, mas com um foco um pouco mais voltado para a preservação da saúde da criança (Perez; Passone, 2010).

A partir do golpe militar de 1964, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) foi estabelecida, o que foi base para que, em 1970, a rede nacional da Fundação do Bem-Estar do Menor fosse criada. Tal fato marca o retrocesso no tratamento destinado à infância e à adolescência, sobretudo aos que viviam em situação de vulnerabilidade social. Em meio a esse contexto, em 1968, o governo brasileiro firmou acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância, mas tal fato não causou mudanças no modo com que as políticas sociais para a infância se desenvolveriam no país, diante do cenário político em que se encontrava. Em consonância com a dinâmica política do período, em 1979 aprovou-se o Código de Menores – com inspiração no antigo Código de menores de 1927 –, consolidando a "'Doutrina da situação irregular do menor', em que as crianças e adolescentes 'menores' se tornavam sujeito de direitos quando se encontrassem em estado de patologia social" (Faleiros, 1995, p. 81, *apud* Perez; Passone, 2010, p. 662).

Com a redemocratização política do Brasil, a partir da década de 1990, ocorreram diversas transformações legais com garantias, no que diz respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Esse movimento iniciou-se com a promulgação da Constituição de 1988 e seguiu-se com uma série de leis que reiteram e tratam com especificidades os direitos sociais. Nesse sentido, crianças e adolescentes passaram a ser tratados com sujeitos de direitos e objeto de proteção do Estado (Perez; Passone, 2010).

Contudo, a forma com que as políticas públicas de atendimento à infância e juventude no Brasil se constituíram – por meio de um viés punitivista e segregatório aos sujeitos pobres –, ressaltam o atravessamento do racismo institucional sob o qual essas políticas vão se estabelecendo no país, mesmo após o aparato legal que toma crianças e adolescentes como sujeitos de direito.

Nesse sentido, Eufrázio (2022) parte de uma análise histórica e materialista, relacionando o genocídio das crianças e adolescentes negros no Brasil ao avanço das políticas públicas destinadas a esse público. Assim, o autor verifica que os aparatos legais, de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente, não são efetivos quando se trata da população negra.

No período escravocrata, crianças e adolescentes negros já eram acometidos por uma alta mortalidade e os proprietários não tinham uma garantia de lucro provenientes destes corpos. Por esse motivo, crianças e adolescentes negros escravizados eram atrelados à troca e comercialização, como forma de repassar o prejuízo destas vidas a terceiros. Posteriormente, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiros, a situação do genocídio de crianças e adolescentes escravizados se intensificou, uma vez que houve um incremento do tráfico entre províncias e o aumento da reprodução da população negra, inclusive na adolescência. Sendo assim, nessa época, a mulher negra adolescente ficava em situação ainda maior de vulnerabilidade sexual (Eufrazio, 2022).

O fim do trabalho escravo no Brasil não significou a garantia de convívio familiar de crianças e adolescentes negros, tampouco condições para que suas famílias provessem cuidado e proteção. Isso porque os pais destas crianças e adolescentes estavam em busca de outras formas de sobrevivência, visto que,

> [...] a população negra foi redirecionada da pobreza e da miserabilidade escrava para a pobreza e para miserabilidade do trabalho livre, ou seja, transferida para competitividade do trabalho livre sem amparos sociais,

> econômicos, políticos ou até mesmo filantrópicos, que ao menos tentassem romper com os problemas históricos decorrentes da escravidão (Eufrázio, 2022, p. 176).

Eufrazio (2022) segue a sua análise sobre o genocídio precoce negro, apresentando como se inicia a preocupação estatal com a infância e adolescência. Nesse sentido, destaca dois pontos que justificam essa preocupação: um deles se refere à produção de riqueza material do Estado, por meio da manutenção das vidas que garantiriam a produção e administração dessa riqueza; o segundo diz respeito à preservação da ordem e integridade do Estado (Bandinter, 1985, *apud* Eufrazio, 2022). É importante citar que, esse movimento internacional de proteção da infância e da adolescência se traduz em maneiras de fortalecer e manter o poder dos Estados modernos.

Para Eufrázio (2022), no Brasil, a influência internacional dessa conscientização sobre a proteção da infância e da adolescência, teve como consequência a posição de marginalização e subalternização da população negra. A negligência e negação sistemática de direitos à população negra impediu que essa população tivesse condições semelhantes à população branca, de qualidade de vida e garantia de direitos. Para tanto, o autor cita dados sobre a mortalidade infantil, pois trata-se de um indicador social relevante para medir a qualidade de vida de uma população.

Diante disso, Eufrazio (2022) segue a sua análise com questionamentos sobre a efetividade dos Códigos de Menores e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em relação à prevenção e a redução da mortalidade infanto-juvenil no Brasil. Ele cita que, mesmo após os avanços trazidos pela Constituição de 1988, pelo ECA e por todo aparato jurídico de proteção à criança e ao adolescente, o genocídio precoce negro segue em curso, com percentuais muito parecidos com os vigentes na época dos Códigos de Menores.

Essa reflexão reitera a constatação que o Estado brasileiro precisa admitir os impactos do racismo e incidir de maneira ativa nas políticas públicas, no que tange à proteção e a garantia de direitos a infância e a juventude negras brasileiras.

2.2.1 O quesito raça/cor nos formulários e documentos das políticas públicas

Um dos estudos que vão ao encontro do que é tratado nesta pesquisa, foi realizado por Emiliano de Camargo David (2023), sob o nome “Aquilombamento da saúde mental: Cuidado antirracista na atenção psicossocial infantojuvenil”. Partindo da desconsideração e, consequente apagamento da perspectiva étnico-racial na compreensão da dimensão da saúde e doença, bem como nas propostas de intervenção dos profissionais das políticas públicas em relação a este público, o autor se dispõe a investigar

> [...] como uma equipe de profissionais percebe e trabalha com efeitos psicossociais do racismo, como constrói um cuidado sensível aos possíveis sintomas/sofrimentos advindos das questões raciais e como vive seus impasses e seu não saber nesse campo (Vicentin, 2023, p. 21).

A referida pesquisa foi realizada em um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil – CAPSij e teve como objetivo, relacionar a atenção psicossocial e o racismo, sob o ponto de vista dos profissionais do equipamento. Diante disso, o autor ressalta que, escutar esses profissionais, é relevante para a desinstitucionalização do racismo (David, 2023).

David (2023) realiza um levantamento bibliográfico sobre a identificação racial nos serviços de saúde na seção intitulada “SUS e combate às iniquidades na saúde: o caso da política nacional de saúde integral da população negra e do quesito raça/cor”. Nesse sentido, o autor cita Bento (2005) com o intuito de demonstrar marcos importantes para a regulamentação do quesito raça/cor no país:

> Bento (2005) destaca dois momentos de grande importância do ativismo negro em relação às reivindicações de regulamentação do quesito raça/cor em o território nacional. O primeiro recebeu o nome de Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida, que, em novembro de 1995, após a caminhada de 30 mil pessoas pelas ruas de Brasília, entrega ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento explicativo sobre o quesito raça/cor, com a assinatura de diversas entidades do(s) movimento(s) negro(s). O segundo momento ocorreu em 2002: um novo documento foi gerado cobrando os compromissos assumidos pelo governo brasileiro da época. Esse documento foi apresentado na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo (David, 2023, p.90).

Além disso, David (2023) apresenta a importância da coleta do dado sobre raça/cor, não apenas como um protocolo, mas como forma de provocar uma reflexão dos profissionais da saúde junto aos usuários do serviço sobre as implicações da identificação racial. Outro ponto importante é que, a ausência de coleta ou a coleta de maneira incorreta do quesito raça/cor, tem reflexos para a implementação de políticas públicas e para o próprio cotidiano das instituições de cuidado em saúde. Dessa

forma, a identificação racial se apresenta como fundamental nos serviços de saúde, tanto para saber qual é a prevalência de determinadas enfermidades, como para a melhor compreensão sobre a morbidade e mortalidade da população negra no país (David, 2023).

O autor ainda destaca que, no decorrer da pesquisa, uma das profissionais do equipamento questionou o motivo dos negros não estarem presentes no equipamento, mesmo sendo a maioria da população do território. Este questionamento provocou o pesquisador a analisar os dados raciais dos usuários atendidos, no ano de 2017. Diante disso, ele destaca três aspectos:

> 1) A alta quantidade de usuários que não declararam sua raça/cor; 2) a baixa quantidade de negros (junção de pretos e pardos) atendidos em relação aos brancos, em um território que a comunidade negra se faz tão presente; e 3) a baixa quantidade de atendimento de pessoas que se autodeclaram pretas, quando comparada às outras cores (David, 2023, p.111).

Esse dado, juntamente com o apontamento da técnica do serviço, também me leva a interrogar: onde estão os adolescentes negros que não estão sendo cuidados em seu território? A partir disso, elaboro algumas hipóteses para essa interrogação:

1) Esse dado pode ter sido atravessado pela coleta errônea e pelo fato de muitos usuários do serviço não declararem sua raça/cor.
2) Os jovens não estão na rede de saúde mental, mas estão ingressos em medida socioeducativa de meio fechado, já que os números são inversamente proporcionais aos encontrados nos dados da segurança pública e, neste caso, eles irão acessar o serviço mais próximo de onde estão em cumprimento de medida ou outros equipamentos da rede de saúde.
3) Os jovens negros não estão acessando a rede de saúde mental em nenhum território.

Fleury, Ribeiro e Oliveira (2022), no estudo “O apagamento racial nas estatísticas criminais”, apresentam as implicações da ausência de dados estatísticos de qualidade, no que diz respeito ao quesito raça/cor, nas áreas da segurança pública e justiça criminal. Além disso, apontam para a lacuna existente no que se refere ao registro desse dado nos boletins de ocorrência nas instituições policiais, e sobre os

efeitos da interseccionalidade na interpretação desses dados, para as instituições. Segundo as autoras, esse apagamento se dá porque o correto preenchimento do quesito raça/cor não é uma diretriz das políticas públicas de segurança e justiça criminal e, devido ao chamado mito da democracia racial – que parte de uma igualdade e harmonia entre as raças no Brasil e que, por isso, em princípio, nega a necessidade de se racializar a construção e implementação de políticas públicas.

Diante disso, segundo as autoras, em um contexto em que há o aumento de estudos que consideram as dimensões raciais e estruturais da sociedade brasileira, há a dificuldade encontrada nas políticas públicas, que não possuem informações raciais. Isso se dá ou porque esses dados não foram coletados, ou porque foram coletados de maneira ineficiente, além de muitas vezes não convergirem com a metodologia utilizada nas pesquisas populacionais mais robustas, como, por exemplo, o Censo (Fleury, Ribeiro; Oliveira, 2022).

Outro ponto a ser considerado são os processos de racialização de cada um, ou seja, de cada usuário das políticas públicas e dos operadores dessas políticas, uma vez que esse processo tem impactos sobre como ocorrerá a autoidentificação e a heteroidentificação. Diante disso, é preciso também considerar que a heteroidentificação racial toma relevância no contexto da segurança pública e da justiça criminal, pois interfere diretamente sobre os corpos, em constante suspeição pelos operadores destas políticas públicas (Fleury, Ribeiro; Oliveira, 2022).

As autoras afirmam que, historicamente, o Brasil utilizou a autodeclaração racial livre de forma fechada para a coleta de informações raciais. Entretanto, as categorias de classificação sofreram variação ao longo do tempo. Outro ponto é que, ao longo do tempo, as categorias de classificação de raça/cor foram alteradas para privilegiar processos de colonização e escravização, de acordo com a ideologia racial vigente e pouco contribuíram para a construção e afirmação da identidade racial do país (Fleury, Ribeiro; Oliveira, 2022).

Fleury, Ribeiro e Oliveira (2022) apontam ainda que, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, os dados sobre raça/cor dos suspeitos não possuem a função de reconhecimento das diferenças e garantia de equidade diante das desigualdades. Ao contrário, servem como uma ratificação do processo de negação de direitos e segregação racial. Além disso, a não racialização dos sujeitos criminalizados, aliada à negativa em se ocupar com a melhor qualidade desses dados,

têm a função de velar o racismo institucional e contribuir para que ele continue operando.

O marcador racial é fundamental para a constituição da identidade dos sujeitos e, mesmo assim, há o apagamento e os dados raciais são desconsiderados nas estatísticas criminais. Diante disso, as autoras apresentam o exemplo da política pública de Educação: a partir do processo de ampliação do acesso à Educação Básica e, consequentemente, o aumento do número de estudantes recebidos pelas instituições educacionais, há também um movimento de coleta e produção de dados. Isso faz com que a educação seja uma das fontes frequentes de coleta de informações populacionais no país (Fleury, Ribeiro; Oliveira, 2022).

Ainda sobre a política pública de Educação, as autoras citam a importância do Censo Escolar, que conta com informações raciais tanto dos alunos quanto dos professores; e do incentivo ao preenchimento de dados sobre raça/cor a partir de ferramentas de governança, ou seja, criando diretrizes e pactuando o levantamento dos dados do Censo, em frequência anual. Além disso, elas citam as ações referentes às políticas reparatórias, em relação ao acesso à Educação Superior, sendo a heteroidentificação e a autodeclaração realizadas por meio de carta, instrumentos importantes para o fomento do debate racial e para a responsabilização de cada um por sua autodeclaração (Fleury, Ribeiro; Oliveira, 2022).

Ademais, as autoras indicam que bases de dados como o Censo Escolar da Educação Básica, os cadastros dos candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Censo da Educação Superior possuem dados tanto em relação à raça, quanto a outros aspectos socioeconômicos dessa população. Isso se faz relevante, pois permite a análise da dimensão das desigualdades sociais, em relação ao recorte racial (Fleury, Ribeiro; Oliveira, 2022).

2.3 Equidade e racismo institucional

O impacto do racismo institucional como estruturante das políticas públicas para infância e juventude se traduz nos não acessos, por meio de barreiras simbólicas e, principalmente, pelas reiteradas “expulsões” das políticas públicas a que os adolescentes e jovens negros são submetidos. O silenciamento das questões raciais – e a própria ação de desconsiderar as questões raciais como fundadoras da forma

com que se dão as relações no contexto brasileiro – confirma a dinâmica de morte, destinada aos jovens negros no país.

Quando a organização de uma política pública desconsidera toda a estrutura racial e ignora os aspectos relacionados à autoidentificação e ao letramento racial, o Estado está se negando a prover garantias institucionais a uma grande parcela da população. A ausência de ações estatais que tenham incidência sobre a melhoria das condições de vida de uma população é o mesmo que deixá-la para morrer.

Ignorar ou reduzir a importância do quesito raça/cor torna-se uma ferramenta para a manutenção da negativa de se pensar nos conflitos raciais existentes na implementação e funcionamento das políticas públicas. Ademais, torna-se institucionalizado o apagamento da pauta racial no debate das políticas públicas, principalmente, no que se refere à infância, adolescência e juventude. É impossível que haja equidade e consequente melhora na qualidade de vida da população negra se, desde o nascimento, essa população não é protegida, mas marcada pela violência racista sistemática e institucionalizada pelo Estado brasileiro.

Sendo assim, só é possível que políticas públicas no Brasil sejam, de fato, efetivas, se todo o percurso for repensado, de forma a considerar os efeitos da manutenção de posições rígidas, no que se refere ao planejamento dessas políticas. Posições essas que mantém os interesses de uma parcela de operadores que detém o poder decisório e que, historicamente, portam privilégios garantidos pela dinâmica racial vigente. Além disso, é preciso que a estruturação da sociedade brasileira, assim como as desigualdades geradas por essa estruturação, sejam consideradas, ao se pensar nas ofertas e modos de acessos das políticas públicas de atendimento.

Ademais, o racismo institucional precisa ser pauta da formação continuada e do cotidiano dos casos atendidos pelas políticas públicas. É preciso estar atento à própria prática, para que o racismo institucional seja escutado, visto e considerado. A atuação do Estado deve ser ativa para que novas formas de se pensar o acesso e o atendimento de adolescentes e jovens, nas políticas públicas, sejam possíveis. Diante disso, o antirracismo deve ser uma diretriz e não uma temática acessória, no cotidiano das políticas públicas.

3 ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES RACIALIZADAS

Esta seção será destinada à caracterização dos adolescentes e jovens dos quais irei tratar ao longo desta pesquisa. Adolescência e juventude possuem conceitos distintos e podem ser abordados de diferentes maneiras, de acordo com a área do conhecimento. Entretanto, me refiro a adolescentes e jovens, ao longo desse estudo, considerando o marco temporal da legislação e das políticas de atendimento a este público no município de Belo Horizonte.

O ECA considera adolescência, o período de 12 aos 18 anos de idade e, em alguns casos, esse período se estende até os 21 anos (Brasil, 1990). Já o Estatuto da Juventude, legisla que o jovem é cronologicamente o cidadão entre 15 e 29 anos (Brasil, 2013).

Mesmo contando com os marcos temporais da legislação, na prática do cotidiano das políticas públicas, essa não é uma realidade. Enquanto para alguns recortes de classe e raça, a adolescência é estendida, o que é marcante, em alguns territórios, é a supressão do tempo da adolescência e a convocação precoce para que alguns respondam do lugar de adultos. Diante disso, restam os questionamentos: todos podem ser adolescentes no Brasil? As juventudes brasileiras são consideradas pelo poder público e pelo discurso social do mesmo modo?

A partir desses questionamentos e do que indica a legislação brasileira, seguem algumas considerações sobre adolescências, juventudes e como este público está inserido nas políticas públicas do município de Belo Horizonte, a partir de dados quantitativos.

3.1 Adolescência conceituação interdisciplinar

A intenção desta subseção, não é a de realizar uma análise em profundidade do conceito de adolescência, mas recolher algumas considerações que julgo importantes, como norteadoras para a escuta dos sujeitos participantes desta pesquisa.

Le Breton (2017), em “Uma breve história da adolescência”, faz um apanhado sobre como o conceito de adolescência atravessa as diferentes épocas e sociedades. O autor marca que, por volta do século XVI, se inicia um movimento de diferenciação

entre as idades, em meios sociais mais privilegiados, com a ascensão das expressões do latim *adolescens* e *adults.* Contudo, ao longo dos séculos seguintes, essa diferenciação de etapas da vida foi se consolidando, até que o conceito de adolescência aparece de forma mais consistente no século XIX, junto com a revolução francesa (Le Breton, 2017).

Segundo Le Breton (2017), a adolescência é um período entre a infância e a maturação social, em que há a formação escolar e profissional. O autor destaca que esse "é em primeiro lugar a resolução para o jovem da questão do sentido e do valor de sua existência" (Le Breton, 2017, p.22).

Le Breton (2017) faz uma consideração sobre a adolescência como um privilégio de classe, uma vez que, a invenção da adolescência, acompanhou a organização da família moderna a partir do final do século XVIII. Entretanto, essa organização se daria apenas em meios sociais economicamente abastados. Nesse sentido, o casal passou a se unir em torno de um laço de afeto e a criança passou a ser o centro da preocupação e do cuidado de ambos. Além disso, a educação formal, nas escolas de ensino médio, surge como a possibilidade de um momento de preparação de uma faixa etária intermediária, porém, essa possibilidade era destinada apenas aos filhos dos burgueses.

Nesse momento, cabe apontar uma semelhança ao contexto brasileiro, sobre quem pode ou não ser adolescente no Brasil. Muito tempo se passou, mas o que se observa, pelos indicadores sociais e pelo que é veiculado, discursivamente, sobre os adolescentes e jovens negros e periféricos, é que eles são tratados como seres diferentes dos seus congêneres brancos. A eles, não é dado o reconhecimento de um tempo de transição e de formação, seja no que, discursivamente, o antecede em sua nomeação vinda do Outro social, seja nos clamores sociais pela punição de alguns corpos, ao invés da garantia de acessos aos direitos sociais.

Por se tratar de um estudo que possui como uma das chaves de leitura a teoria psicanalítica, apresenta-se o levantamento de alguns apontamentos psicanalíticos que nos possibilitam traçar algo da subjetividade do sujeito adolescente.

Freud (1996)[2] em "Os três ensaios sobre a sexualidade", tanto na segunda parte, intitulada "A sexualidade infantil", quanto na terceira parte, "As transformações da puberdade", lança bases para que seja possível pensar no período em que

[2] Textos publicados, originalmente, em 1905.

chamamos de adolescência. Nesse sentido, o autor não fala especificamente sobre adolescência, mas destaca a importância das transformações do corpo infantil a partir do momento da puberdade, para a construção subjetiva do sujeito, até então, marcado pela infância. Além disso, no tópico sobre a sexualidade infantil, é possível apreender chaves de leitura para a compreensão do que o autor quis transmitir sobre a puberdade:

> A normalidade da vida sexual só é assegurada pela exata convergência das duas correntes dirigida ao objeto sexual e à meta sexual: a de ternura e a sensual. A primeira destas comporta em si o que resta da primitiva eflorescência infantil da sexualidade. É como a travessia de um túnel perfurado desde ambas as extremidades (Freud, 1996, p. 196).

Nesta passagem, Freud (1996) coloca a puberdade como um momento de questionamentos do sujeito infantil sobre o seu ser no mundo, sendo a passagem por esse túnel, o tempo de tentar responder às perguntas que lhe surgem.

Lacan (2003)[3], em "Prefácio a O despertar da primavera", faz algumas considerações sobre a travessia da adolescência, a partir da obra "O despertar da primavera" de Frank Wedekind (1891).

Lacan (2003, p.557) declara que "Assim um dramaturgo abordou, em 1891, a história do que é, para os meninos adolescentes, fazer amor com as mocinhas, assinalando que eles não pensariam nisso sem o despertar de seus sonhos". Ou seja, o despertar do púbere para a possibilidade do encontro sexual, se faz possível a partir da emergência de um corpo que rompe com a lógica do corpo infantil.

Além disso, o autor completa que o encontro com o que emerge do corpo é algo que acontece para todos os seres e cada um deve atravessar isso à sua própria maneira. Diante disso, Lacan (2003, p. 558) localiza que – o que é chamado por Freud de sexualidade – faz um "furo no real". Sendo assim, as soluções singulares ao que emerge com esse furo, correspondem à própria adolescência. Entretanto, isso não acontece sem angústia e, essas soluções, são tentativas e, portanto, sempre incompletas.

Lacan (2003) pontua ainda que a experiência do púbere é pública, uma vez que é um atravessamento do qual ninguém escapa, porém, há um imperativo de que ela se apresente como privada. Isto é, que a vivência do mal-estar com a adolescência seja velada e vivenciada dentro de contornos sociais bem estabelecidos.

[3] Texto publicado, originalmente, em 1974.

A partir disso, é possível traçar um paralelo com o contemporâneo, em que algumas respostas sintomáticas dos adolescentes não são tomadas como legítimas. Algumas adolescências são também traumatizadas pela incidência de discursos segregatórios, o que tem consequências diretas para as vivências subjetivas desses sujeitos na travessia deste período da vida, para além do real da sexualidade.

Partindo da construção freudiana sobre a adolescência, Stevens (2004) define a adolescência como sintoma da puberdade, isto é, a adolescência se apresenta como a resposta sintomática do sujeito frente a um real que surge na dimensão corporal da criança, com a emergência da puberdade. Em outras palavras, a criança se depara com algo que desconhece e que surge em seu corpo, modificando a sua imagem. O púbere se angustia com a imagem corporal que desconhece e o sintoma da adolescência vem como forma desse sujeito reconhecer novamente sua própria imagem. Nesse sentido, a adolescência emerge para o sujeito como um trauma que é reatualizado pelas modificações de seu corpo (Stevens, 2004).

Sendo assim, os sujeitos apresentam uma série de respostas sintomáticas, frente ao real da puberdade, soluções temporárias para esse mal-estar, porém, que já são um escopo de como esse sujeito irá operar na fase adulta. Destacam-se pelo autor: as respostas sintomáticas em relação ao saber, em que o adolescente se torna um pesquisador/estudante voraz; ou ao contrário, em que estabelece uma recusa às atividades intelectuais formais; as respostas em relação às identificações, o que seria a origem dos diferentes grupos (ou tribos), aos quais os adolescentes se agrupam por afinidades (Stevens, 2004).

Freda (1996) já alerta que, para a psicanálise, o adolescente do final do século, não pode ser tomado como o adolescente do início do século. Acrescento a esta advertência, que o adolescente no contexto da sociedade brasileira não pode ser tomado como o adolescente em outros lugares do mundo, uma vez que, os modos com que esses adolescentes fazem laços, bem como a estrutura social do país, do estado e até mesmo do município, marcam o modo com que a adolescência se dará, também no que se refere a subjetividade desses adolescentes.

Segundo Freda (1996), a partir de seus estudos sobre a adolescência, algo que ele considera presente enquanto ponto em comum, na maioria deles, diz respeito à adolescência como período de passagem. Ao investigar os textos freudianos, com o objetivo de verificar se há em Freud a definição de adolescente que difere das

definições anteriores, ele chega até o texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do Escolar”, do ano de 1914. Diante disso, indica que, esse texto, consegue apontar para uma “possível conceitualização dos problemas referentes à adolescência” (Freda, 1996, p. 24). Entretanto, um ponto que chama atenção é a ausência da temática amorosa e sexual, muito presente em outros textos freudianos.

Diante disso, Freda (1996) faz alguns comentários a partir de teses retiradas do próprio texto freudiano. O primeiro se refere à problemática da inscrição (ou não inscrição) de um desejo no campo do Outro, além da forma com que o Outro se apresenta para cada sujeito. Essa forma que o Outro adquire para cada um, é ponto da singularidade. Além disso, Freda (1996) aponta para o “não saber” do adolescente, que provém da dificuldade de nomear esse Outro, o que pode ser lido como uma instabilidade de alguns adolescentes.

O segundo comentário se refere à função do professor e o lugar que ele ocupa no “social moderno”. Além disso, o autor aponta que há “uma diferença entre o professor moderno, tal como Lacan o define, e o mestre de antigamente, tendo como alvo, por exemplo, o papel da escola na sociedade atual e os problemas do fracasso escolar” (Freda, 1996, p. 26).

O terceiro comentário se relaciona à necessidade de um Outro para que seja possível o acesso ao saber, ou seja, é preciso um mestre para que o saber exista.

A quarta tese é a investigação pela via do pai, em que há a substituição deste pelo professor, para que seja possível um desligamento do pai, porém, sem dispensá-lo de sua função.

Seguindo a série de pontuações feitas por autores lacanianos acerca da adolescência, Cosenza (2024) faz uma investigação a partir dos sintomas contemporâneos e, por esse motivo, concebe a adolescência situada na época em que o Outro não existe. Isto é, uma época em que a primazia da função paterna, enquanto ponto de interdição, apresenta-se em declínio.

Cosenza (2024) indica que, independentemente das mudanças contextuais em que vivem os jovens na atualidade, tanto o menino quanto a menina, no período da puberdade, são impelidos a atravessar uma encruzilhada, que demanda que esse sujeito construa algo a partir do seu encontro com o outro na emergência do sexual, além de se reorganizar a partir do que o seu referencial infantil não consegue mais responder. Mesmo com todas as mudanças sociais e históricas a que os jovens são

submetidos em determinada época, o que importa para a psicanálise é a maneira com que cada um irá atravessar a encruzilhada que se impõe ao jovem sujeito pela puberdade.

Lacadée (2011), já no prefácio de seu livro “O Despertar e o Exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência”, indica um ponto orientador para pensar a juventude brasileira que circula pelas políticas públicas de atendimento.

A partir da emergência de manifestações violentas por parte dos jovens nos subúrbios franceses, cria-se um “*ponto de onde”* significar esses jovens, a partir da fala das autoridades e do que é apresentado pela mídia sobre esses sujeitos. Ao dizer *“Não são jovens”* o governante marca toda uma série de predicados atribuídos a eles (Lacadée, 2011, p.7).

Assim como os jovens deste estudo, os jovens franceses denunciam os furos e as falhas da estrutura social em que estão inseridos. Entretanto, essa denúncia causa, a cada vez, mais silenciamento e segregação desses corpos. Onde não há escuta, há a repetição, até que o ato endereçado seja escutado e traduzido, abrindo lugar a construção de algo no campo do Outro.

> Eles falam, à maneira deles, sobre certo estado da sociedade e dos valores exibidos por ela. Testemunham, ao seu modo, uma profunda mudança. Submetidos a múltiplas forças antagônicas, familiares e escolares, religiosas e comunitárias, são membros de uma geração que avança às cegas, sem perspectiva, num mundo que lhes permanece opaco, arriscando-se a fazer mancha nesse quadro -mancha negra, apenas o reflexo do que os leva ao desespero, dessa parte indizível que, na adolescência, agita os corpos e os pensamentos, dos quais muito frequentemente têm vergonha sem que consigam traduzi-los em palavras (Lacadée, 2011, p. 8).

Segundo Lacadée (2011, p. 32):

> O adolescente deve inventar sua própria abertura significante em direção à sociedade, a partir do ponto de onde ele não se vê mais como a criança que foi, aprisionado no desejo do Outro, ou seja, de onde pode perceber, de maneira contingente, certa visão de si mesmo e do mundo.

A partir desta citação, pode-se extrair a emergência do púbere ao tomar uma decisão, em relação à maneira que irá se posicionar diante do mundo. Há uma aposta, de cada adolescente, em responder às perguntas que emergem nessa fase, sem a garantia de algo que foi pré-estabelecido. Isso faz com que também seja um momento em que, esse sujeito, precisa de uma escuta atenta e aberta a seu tempo, que possa levá-lo a compreender e acessar o que lhe é ofertado. Em muitos casos, exige-se do

adolescente que ele responda como um adulto ao ideal das ofertas limitadas, em equipamentos e políticas públicas, feitas em uma lógica universal. A consequência disso é uma desconexão entre o que é prescrito e ofertado, e o que o adolescente vislumbra enquanto possibilidade de construção, a partir desse acesso.

Por fim, Miller (2015), em sua intervenção intitulada “Em direção à adolescência - em razão do encerramento da 3a Jornada do Instituto da Criança”, faz algumas observações sobre a adolescência. O autor afirma que, para a psicanálise, três pontos são orientadores para pensar a adolescência: a saída da infância; a diferença entre os sexos; e a imiscuição do adulto na criança.

A saída da infância se refere ao momento da puberdade, em que algo do corpo biológico se apresenta ao sujeito. A diferença entre os sexos é tomada no período da puberdade e da pós-puberdade e aponta para como os seres vão se localizando do lado feminino ou do lado masculino. Já a imiscuição do adulto na criança, trata-se de que há um anúncio da posição subjetiva do adulto na criança.

Miller (2015) indica que, além dos orientadores citados acima, há algo de novo na adolescência no contemporâneo e diante disso, retoma o que outros psicanalistas teceram sobre este novo.

O autor relaciona a emergência do digital e do mundo virtual ao prolongamento da adolescência, à mudança da relação do adolescente com o saber. Esse prolongamento da adolescência seria uma procrastinação, diante do acesso a infinitas possibilidades que se apresentam ao sujeito adolescente. Já quanto ao saber, há uma relação autoerótica do adolescente com ele. Anteriormente, o adolescente buscava o saber no campo do Outro, ou seja, essa operação era mediada pela relação com um Outro adulto, detentor do saber. No contemporâneo, esse Outro detentor do saber já não é mais acessado pelo adolescente, que acredita que pode acessar este saber a partir de um endereçamento, disponível no digital.

Com a ausência dos ritos de passagem (como os que ocorriam nas sociedades tradicionais a partir da emergência da puberdade), a adolescência sai de um lugar de idealização. Diante disso e da modificação na relação do adolescente com o saber, em vez de ocorrer uma sublimação diante do grande Outro, detentor do saber, há uma degradação desse grande Outro, que é colocado pelo adolescente em um lugar de conspiração. Assim, o adolescente se depara com uma realidade imoral, em que o grande Outro é o Outro do complô (Miller, 2015).

Além disso, Miller (2015) também destaca a forma sintomática pela qual os adolescentes fazem laços, no contemporâneo. Nesse sentido, há uma socialização dos sintomas adolescentes. E por último, cita como o Outro adquire a posição de tirânico para o adolescente, devido às inúmeras exigências dirigidas a ele. Ao mesmo tempo, esse Outro se torna tirânico, com a justificativa de proteção desse sujeito adolescente diante das infinitas ofertas a que ele está submetido.

Ao final, o autor elenca as consequências da mutação da ordem simbólica sobre os adolescentes. A mutação da ordem simbólica se refere ao declínio do patriarcado e, consequentemente, de sua função de ordenador do funcionamento do mundo. Isto quer dizer que, o referencial que outrora servia como bússola para os sujeitos adolescentes, indicando exatamente o que fazer diante dos impasses da vida, tem seu declínio sistemático com o avanço da ciência e da tecnologia.

Diante do declínio do patriarcado, o Islã assume o lugar vazio deixado pela função ordenadora do pai e vem com uma solução mais simples para o impasse adolescente em relação ao seu ser, ao seu gozo e o corpo do Outro (Miller, 2015).

A partir dos apontamentos de Miller, adiciono um adendo sobre o prolongamento da adolescência, fenômeno que não ocorre para todos os adolescentes, sobretudo para os adolescentes negros brasileiros. A fixação dos adolescentes a discursos estruturalmente marcados pelo pior, obriga-os a suspenderem o tempo para compreender e a anteciparem o tempo de concluir a passagem pelo túnel. Diante disso, muitos dos adolescentes negros brasileiros são convocados a responderem, ainda muito jovens, a uma posição de adulto, principalmente sob um viés punitivo. Além disso, as tentativas de romper com a lógica do que foi destinado ao seu corpo, tem respostas violentas por parte do Estado, que visam o retorno destes adolescentes ao lugar a que foram destinados no laço social.

3.2 Juventudes

Após um apanhado sobre adolescência, tanto em sua vertente social e histórica quanto no que a psicanálise traz como contribuição para se pensar a adolescência, faz-se necessário lançar luz à conceituação sobre as juventudes.

Jon Savage (2009), em “A criação da juventude - Como o conceito de teenage revolucionou o século XX”, traça um percurso histórico dos precedentes do conceito

de *teenage* e de suas implicações para um novo modo de vida nos anos pós 2º Guerra Mundial.

Segundo Savage (2009), o termo *teenage* começou a ser utilizado, pelos americanos, em 1944, para designar jovens com idade entre 14 e 18 anos. Ele surge a partir de um movimento publicitário, destinado a marcar essa faixa etária, como um novo mercado consumidor. Apesar da ascensão do termo ter objetivos definidos, ele carrega a marca de "que eles tinham se transformado num grupo etário específico com rituais, direitos e exigências próprios" (Savage, 2007, p. 11).

Savage (2009) assinala os precedentes da criação do *teenager*, não apenas sob a perspectiva estadunidense (onde se dá a sua disseminação para o resto do mundo), mas remonta a sua construção a partir da Grã-Bretanha, França e Alemanha. Segundo o autor, sua obra "conta a história da tentativa, por dois continentes diferentes e por mais de meio século, de conceitualizar, definir e controlar a adolescência" (Savage, 2009, p.14)

Em janeiro de 1945, a *New York Times Magazine* publica "A Carta de Direitos do Teenage" que remetiam à Constituição Americana e tinha como objetivo, orientar os pais diante dos impasses com os jovens. Essa carta legitimava o lugar dos *teenagers*, não apenas como público consumidor, mas como parte do sistema de garantia de direitos americanos, além de refletirem os ideais democráticos do país (Savage, 2009).

Savage (2009) finaliza seu texto, afirmando que a definição de juventude se alterou muito ao longo do tempo e, com isso, "os regimes europeus haviam tentado organizar os adolescentes para suas próprias necessidades" (Savage, 2009, p.497). O autor ainda ressalta que os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, uniram as tendências de se pensar a cultura juvenil e a inclusão dos jovens na sociedade, além de destinar um tratamento mais humano e menos coercitivo aos jovens. Esse processo culminou na inserção dos jovens nos anseios mercadológicos, por meio da emergência das políticas sociais que ofertavam a eles alguma liberdade (Savage, 2007). Diante disso, juntamente com a vitória dos Aliados (Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética) na 2º Guerra Mundial,

> [...] o mais recente produto da América estava saindo da linha de produção. Definida durante 1944 e 1945, a *teenage* fora pesquisada e desenvolvida por uns bons cinquenta anos, o período que marcou a ascensão da América ao poder global. A divulgação pós-guerra de valores americanos teria como ponta de lança a ideia do teenager. Este novo tipo era a combinação psíquica

> perfeita para a época: vivendo no agora, buscando o prazer, faminto por produtos, personificador da nova sociedade global onde a inclusão social seria concedida pelo poder de compra. O futuro seria *teenage* (Savage, 2007, p. 498).

Apesar de se tratar da criação de um conceito na sociedade estadunidense, tal recorte é importante para ressaltar que o conceito de juventude é um processo atravessado por particularidades históricas e sociais. Por esse motivo, os jovens expressam os anseios de determinada época e geram repercussões na construção das juventudes em outras culturas.

Segundo Dayrell e Gomes (2002), a juventude é "[...] vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um 'vir a ser', tendo, no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente." (p. 89). Porém, essa concepção de jovem distancia o olhar a este público no tocante às vivências presentes, o que inviabiliza a percepção das necessidades reais desta faixa etária no tempo presente.

Ser jovem é definido pelos autores como uma condição social e como uma representação. A condição social de ser atravessado pelas transformações biopsicossociais de uma faixa etária específica e a representação das "(...) construções históricas e sociais" (Dayrell; Gomes, 2002, p. 91) de um determinado momento de vida. Além disso, os autores ressaltam a importância de se pensar as juventudes, no plural. Isto porque a emergência da juventude se dá de formas diferentes para cada sujeito jovem, no que se refere às singularidades, e no que diz respeito aos diversos atravessamentos que alguns jovens compartilham em suas vivências, como localidade, gênero, etnia, classes sociais, identidades religiosas, entre outras particularidades. Por isso, não é possível considerar a juventude enquanto construção com um início e fim rígidos e regulares com garantias pré-definidas. (Dayrell; Gomes, 2002).

Sobre esse aspecto, Esteves e Abramovay (2007) afirmam que a juventude não se refere a uma realidade homogênea, mas sim a grupos juvenis diversos, que abarcam diferentes características sociais, culturais e temporais. A partir disso, os autores apontam para duas grandes linhas de representações sobre ser jovem:

> Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isso é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência.

> Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria (Esteves; Abramovay, 2007, p.22).

Dayrell e Gomes (2002) apresentam alguns aspectos da realidade dos jovens no Brasil, a partir de indicadores sociais sobre essa fase da vida. Para tanto, os autores utilizaram dados do Censo de 2000, além de outros dados oriundos de pesquisas oficiais nos anos 1990. Já nessa época, os autores estavam atentos às disparidades em relação a questão racial, no que se refere aos índices de qualidade de vida e ao genocídio dos jovens negros no Brasil, chamado por eles de "[...] a epidemia dos homicídios" (Dayrell; Gomes, 2002, p.95).

Diante do apresentado, o que se apreende, da adolescência, é que ela pode ser tomada como uma resposta do indivíduo ao advento do que surge no corpo na puberdade e, ao mesmo tempo, como uma construção social acerca dessa fase de desenvolvimento. Já o conceito de juventudes, transmite algo sobre formas de existir em uma determinada faixa etária, ao longo de diferentes períodos históricos.

3.3 Quem são os adolescentes e jovens atendidos e os não atendidos pelas políticas públicas de Belo Horizonte?

Escutar um sujeito com o fenótipo negro no Brasil é escutar vivências de um racismo que nem sempre aparece na forma verbal e direta de um insulto ou de uma regra tácita que impede o acesso a um local da cidade, mas que aparece, simbolicamente quando, por exemplo, me é relatado, pela orientadora social do Projovem adolescente, do CRAS em que trabalhei, que ao levar os jovens do coletivo para visitar uma exposição do Basquiat, artista negro estadunidense, foram seguidos por um segurança durante todo o tempo da visita. A exposição, apesar de gratuita, estava localizada na área nobre da região centro-sul de Belo Horizonte e, muitos desses jovens, raramente saíam do aglomerado onde vivem e que está localizado na mesma regional em que o local da exposição. Além disso, identificar e nomear as diferentes formas que o racismo assume na sociedade brasileira é uma operação difícil e traumática para o sujeito que experimenta esse tipo de violência.

Quando um operador de uma política pública oferta algo ao jovem, que está fora de seu modo de vida, que não parte de suas necessidades e de suas particularidades para a construção, considera-se esse jovem como alguém incapaz de dizer o que se adequa à sua realidade e o que é possível para si, enquanto sujeito. Ou seja, se o jovem não se adequa, ele é o outro, o selvagem que precisa ser domesticado e, quando resiste, pode ser eliminado. Ele se torna um jovem que se pode matar ou encarcerar.

O mapa da desigualdade de Belo Horizonte e Região Metropolitana, lançado em 2021, é um documento que contempla alguns indicadores que apontam para o cenário de desigualdades desses municípios, priorizando o cruzamento das variáveis renda, raça e gênero, provenientes do Censo de 2010. O objetivo do mapa foi colocar em evidência, a disparidade de indicadores de qualidade de vida dentro do recorte da capital e região metropolitana, pauta fundamental para as políticas públicas desses municípios (Nossa BH, 2021).

A ocupação dos espaços urbanos é fruto das desigualdades e retroalimenta as diferenças de acessos, uma vez que pessoas com menor renda ocupam espaços mais afastados das oportunidades de emprego e renda, além de serem submetidas a um deslocamento mais precário, devido à dificuldade de mobilidade nos territórios (Nossa BH, 2021).

A partir da leitura desse mapa, é possível dizer que os bairros com maior população negra (pretos e pardos), em BH, são vilas ou bairros de regiões periféricas do município, enquanto os bairros com a menor população negra são bairros nobres, da região centro-sul do município. Além disso, há uma importante diferença entre as rendas médias desses bairros, em que a maior renda média, que coincide com o bairro de menor população negra, é de 11,6 salários mínimos. Outro dado importante é que, as mulheres negras belo-horizontinas, recebem 4,2 vezes menos que homens brancos do bairro São Pedro. (Nossa BH, 2021).

Reis (2017), a partir de um estudo quantitativo, faz uma análise do perfil epidemiológico das mortes por homicídios, realizando um recorte etário e de raça, com o intuito de analisar as desigualdades nas taxas de mortalidade por homicídios, no município de Belo Horizonte. Esse estudo corrobora o dado de que, os maiores índices de morte violenta em Belo Horizonte estão entre os adolescentes negros. E

conclui ainda que, os adolescentes negros, possuem o risco de 3 a 5 vezes maior de morrerem por homicídio, se comparados com adolescentes não negros (Reis, 2017).

Diante desse cenário, observa-se que há particularidades em ser jovem negro em Belo Horizonte e, por esse motivo, faz-se necessário localizar como os adolescentes e jovens aparecem nas políticas públicas no município.

A partir dos dados quantitativos levantados pela pesquisa diagnóstica[4], realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), observa-se que o dado raça aparece de forma precária nos formulários utilizados para a obtenção desses dados, por meio das políticas públicas de atendimento.

Alguns pontos aparecem como entraves na obtenção dos dados corretos sobre raça/cor nas políticas públicas. Um deles diz respeito ao letramento racial do operador da política pública em questão, uma vez que ele pode classificar ao seu modo, ou mesmo induzir a resposta do usuário da política pública. Outro ponto se refere ao próprio letramento racial da população, que é atravessado pelo modo particular que os adolescentes negros têm de estarem inseridos e circularem pelas políticas públicas de atendimento.

Esses dados quantitativos ajudam a realizar a racialização das crianças e adolescentes, atendidos e não atendidos, nas políticas públicas do município. As bases de dados são diversas e cada uma possui empecilhos, no que se refere a obtenção desses dados. Entretanto, o que importa para as políticas públicas é ter uma informação de qualidade, uma informação que seja o mais próximo possível da realidade. Para tanto, é importante que a questão da raça/cor seja uma diretriz para as políticas públicas. Os operadores precisam se racializar e compreender que o conhecimento sobre a vivência racial desses adolescentes é um ponto nodal para a efetividade das políticas públicas.

Os dados coletados são provenientes dos seguintes banco de dados: BHmap; SMED/PBH; Censo Escolar/Inep; DATASUS / Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS); REDS/SEJUSP; PCMG, CADúnico; PNADc/IBGE; dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais; INEP/Saeb; DPIN/SMED-BH; Inse - INEP/Mec; SMED/PBH : Ficha de Notificação Protetiva de Suspeita/Confirmação de Violência Contra Crianças e Adolescentes; SIGPS/GVISO/SMASAC-BH; PPAT; Disque 100, Ligue 180 e aplicativo

[4] Pesquisa apresentada no tópico referente à metodologia (página 54).

Direitos Humanos Brasil; Guarda Civil Municipal; Sistema de Gestão Escolar (SGE); e-SUS/SIVEP- Covid-19 / PBH; NAMSEP; REDS/PMMG.

Dentro de indicadores que abarcam marcadores e políticas públicas que retratam a realidade social dos adolescentes e jovens a partir de variáveis mais específicas, há dados sobre se há ou não informação racial e como ela é coletada. Diante disso, alguns dados chamam a atenção e nos ajudam a caracterizar o adolescente e o jovem negro no município.

Um ponto a ser ressaltado é que, para fins de planejamento e monitoramento das políticas públicas, os dados a que tive acesso estão elencados a partir das seguintes categorias de raça/cor: brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos. Pretos e pardos são apresentados separadamente, pois entende-se que a população preta está submetida a maior vulnerabilidade, se comparada aos cidadãos autodeclarados pardos. Entretanto, mais uma vez, é importante destacar que há várias lacunas no preenchimento dos dados raciais no contexto do atendimento nas políticas públicas e, apesar de os números corroborarem o que é vivenciado no cotidiano dos atendimentos, ainda há um preenchimento equivocado ou falta de preenchimento desses dados, o que indica que as desigualdades raciais podem ser ainda maiores.

Na Educação, todas as crianças e adolescentes de 7 a 15 anos que não frequentam a escola são identificadas/autodeclaradas pretas. No que concerne à variável de percentual de estudantes proficientes em Língua Portuguesa e Matemática no 5º e 9º anos nas escolas públicas de Ensino Fundamental, verifica-se que a média das notas entre estudantes brancos é menor no 5º ano do que no 9º ano e significativamente maior do que dos pretos. Além disso, os estudantes pretos apresentam os menores *scores* de proficiência em português e matemática, para o 5º e 9º anos.

Sobre a variável referente ao número estimado de crianças e adolescentes, de até 14 anos, em situação de trabalho infantil, a totalidade dos casos é de crianças identificadas/autodeclaradas como pardas.

Sobre as variáveis relativas ao indicador de segurança e assistência social, destaca-se o percentual de ausências de informação racial, o que corrobora a literatura que aponta para uma falta de qualidade dessa informação nas políticas públicas de segurança (Fleury, Ribeiro e Oliveira, 2022). No caso em questão, as

variáveis avaliadas sobre a Assistência Social estão relacionadas a apreensão e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado, ou seja, também abarcam o viés da segurança. Ao mesmo tempo, tem-se o maior percentual de adolescentes e jovens negros (pretos e pardos) vítimas de violências, autores de atos infracionais e crimes e em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado. Diante disso, observa-se que os adolescentes e jovens negros, em Belo Horizonte, são mais passíveis de sofrerem violências e de serem acusados de cometerem atos infracionais, ou seja, a violência contra o adolescente e jovem no município de Belo Horizonte está dirigida direta ou indiretamente ao corpo negro. O Quadro 1 apresenta a sistematização dos dados aqui apresentados:

Quadro 1 – Vulnerabilidade social dos adolescentes negros (pretos e pardos) em Belo Horizonte

Variável	**Raça/Cor**				
	Branco	**Preto**	**Pardo**	**Indígena**	**Amarelo**
(%) Adolescentes de 7 a 15 anos que NÃO frequentam a escola	0,00%	100% (108)	0,00%	0,00%	0,00%
Número estimado de crianças e adolescentes de até 14 anos em situação de trabalho infantil	0%	0%	100% (4)	0%	0%
Vítimas de homicídio consumado com até 21 anos	12,20%	26,50%	51%	0	0
Número e percentual de denúncias por negligência contra criança e adolescente	29,30%	14,90%	38,00%	0,20%	0,60%
Número e percentual de denúncias por violência física contra criança e adolescente	30,90%	15,80%	40,40%	0,20%	0,60%

Variável	Raça/Cor				
	Branco	**Preto**	**Pardo**	**Indígena**	**Amarelo**
Taxa de crimes de adolescentes na faixa etária de 18 a 21 anos	11%	0%	43,30%	0%	0%
Registro de violência policial contra crianças e adolescentes	13,6	36,9	46,2	0	0
Atos infracionais e crimes de dano cometidos por adolescentes até 21 anos em Belo Horizonte	11,7% (até 17 anos) 15,5% (18 a 21 anos)	25,2% (até 17 anos) 22,4% (18 a 21 anos)	39,8% (até 17 anos) 48,3% (18 a 21 anos)	0% (até 17 anos) 0% (18 a 21 anos)	0% (até 17 anos) 0% (18 a 21 anos)
Perfil dos atendidos nas medidas de LA e PSC[5]	9,40%	6,20%	24%	0	0
Registros de entrada e reentrada de crianças e adolescentes até 17 anos em Centros de Internação e Internação Provisória	11,30%	17,10%	36,80%	0,00%	1,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo CRISP, relativos ao Diagnóstico das infâncias e adolescências

Em relação à moradia, o indicador sobre Mobilidade e planejamento urbano aponta que os adolescentes negros (pretos e pardos), em 2022, são: 80,5% dos que não possuem água encanada; 78,1% dos que têm cisterna como forma de abastecimento; 77% das que têm poço e 73,5% das que possuem rede geral; 80,2% dos que não possuem banheiros; 80,8% dos que não possuem coleta de lixo; 78,2% daqueles que não têm qualquer acesso ao saneamento básico. E também são: 76,5% dos residentes em áreas de inundação; 76,9% dos residentes em áreas de deslizamento; 80,8% dos residentes em áreas de inundação e deslizamento; 76,4% dos residentes nesses espaços, entre os anos de 2012 e 2022.

Diante disso, é possível dizer que os adolescentes e jovens negros (pretos e pardos), em Belo Horizonte, são a grande maioria dos adolescentes e jovens que vivem em moradias precárias, sem infraestrutura e em locais de risco.

[5] Nesta variável, o quesito raça/cor está em branco em 59,6% dos registros de adolescentes atendidos.

Mesmo com a ausência de consenso nos dados obtidos, alguns números são importantes para caracterizar os adolescentes e jovens negros nas políticas públicas do município. Indicadores de saúde, educação e segurança, nos ajudam a conhecer melhor este público. Atenta-se ainda para o fato de que alguns desses dados corroboram com outros dados a nível nacional e com a própria história das políticas públicas no Brasil, em que as crianças, adolescentes e jovens negros, mesmo com o avanço das garantias constitucionais, continuam desprotegidos e são acometidos pelos piores indicadores sociais.

4 A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO METODOLÓGICO COM OS ADOLESCENTES

Para iniciar a exposição da metodologia deste estudo, é preciso localizá-lo dentro de um campo investigativo pautado pela ética da psicanálise. Diante disso, cabe ressaltar que esta metodologia de pesquisa está ancorada em um método clínico, em que a escuta dos sujeitos, considerando o saber que eles carregam, torna-se o norteador para a investigação aqui empreendida.

Calazans e Serpa (2010, p. 89) definem a clínica como "[...] um saber que é questionado, que chega a um impasse a partir do caso único. Poderíamos traduzir que o singular só se realiza sob o fundo do geral do tipo. O movimento da clínica é, desse modo, dialético." Ou seja, a singularidade do caso aparece e este se torna paradigma, a partir do qual é possível, a cada vez, produzir algo novo que atualiza a teoria.

Ferreira (2018) ressalta que, na pesquisa em psicanálise, seja qual for o instrumento, têm-se a associação livre como regra fundamental. Além disso, a oferta da palavra, na pesquisa em psicanálise, não tem apenas o objetivo de recolher informações, mas supõe saber no sujeito e aposta que ele produza algo sobre a sua própria realidade. Ainda nesse sentido, Ferreira (2018) retoma Freud, para destacar o papel do pesquisador na pesquisa em psicanálise, enfatizando que, além da busca de textos e da produção acadêmica acerca do objeto de pesquisa, é preciso supor um saber advindo dos que estão sendo pesquisados. Diante disso, ressalta que "Este é um ponto essencial de uma pesquisa que se fundamente no saber da psicanálise: não ir à campo com um saber já dado, mas supor um saber no sujeito que nos fala" (Ferreira, 2018, posição 2293).

Diante disso, este estudo também teve como função a elaboração teórica da minha prática nas políticas públicas de Belo Horizonte. Partindo das perguntas desse tempo de trabalho com adolescentes e jovens e, a partir da escuta empreendida neste estudo, faço a tentativa de extrair pontos norteadores para as políticas públicas e seus operadores, no que se refere ao atendimento desses sujeitos. Ou seja, escutar o que surge de novo, a partir da premissa de que os adolescentes e jovens são quem sabem sobre si. O que corrobora o que Maia (2018, posição 70) anuncia sobre a pesquisa

em psicanálise: “A função da pesquisa em psicanálise tem, pois, a ver com a escrita de cada psicanalista ao reinventar a psicanálise.”

Para escutar adolescentes e jovens, que em grande parte de sua trajetória de vida e nas políticas públicas passaram por silenciamento e invisibilidade por parte do Estado, era preciso romper com essa dinâmica. Por esse motivo, foi preciso recorrer a uma metodologia inédita e construída a cada vez, de acordo com o que os próprios adolescentes e jovens apontavam, sem perder o ponto orientador deste estudo “o adolescente como especialista de si”. Diante disso, os adolescentes e jovens escutados neste estudo são convidados a serem pesquisadores.

4.1 Direitos de crianças e adolescentes: Diagnóstico do município de Belo Horizonte – Minas Gerais

A partir dos objetivos desta pesquisa e do grupo etário que se pretende escutar, este projeto foi inserido como parte de um projeto mais amplo intitulado “Direitos de crianças e adolescentes: diagnóstico no município de Belo Horizonte”.

No ano de 2013, foi realizado, em Belo Horizonte, um diagnóstico sobre a situação de crianças e adolescentes no município. Esse diagnóstico teve o intuito de qualificar o planejamento e a execução de políticas públicas, assim como estabelecer e normatizar a atuação de organizações e parcerias que atuassem no viés protetivo dos direitos da criança e do adolescente em Belo Horizonte.

Diante disso, em resposta ao Termo de Referência publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (CMDCA/BH), a Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada com Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)[6] é qualificada para realização de um diagnóstico, complementar ao realizado em 2013. Esse novo diagnóstico tem o objetivo de complementar o anterior, em termos de abrangência e conteúdo, com vistas a contribuir para o fortalecimento do controle social da política de atendimento aos direitos da infância e adolescência.

[6] Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da UFMG: Brota! Juventude, Educação e Cultura; Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP; Janela da Escuta; Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Infâncias e Educação Infantil - Nepei; Polos de Cidadania.

Esse Diagnóstico é um projeto amplo com vários subprojetos. Outros projetos do Mestrado Profissional do Programa de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência e do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Psicologia, ambos da UFMG, também fazem parte desta pesquisa diagnóstica.

Antes da entrada em campo, realizou-se o levantamento dos equipamentos públicos e espaços frequentados por crianças, adolescentes e jovens do município. Além disso, a Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada com Infância e Juventude da UFMG tem organizado seminários temáticos mensais, que contam com atores estratégicos, assim como trabalhadores engajados das políticas públicas que atendem a infância e a juventude no município - Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Socio-educação, entre outros.

Esta pesquisa também conta com os dados da pesquisa “Adolescentes e redes de saúde na perspectiva dos jovens”, que visa investigar a relação dos adolescentes atendidos pelo Programa Janela da Escuta - que são oriundos de vários municípios de Minas Gerais, principalmente Belo Horizonte e região metropolitana - com as políticas públicas voltadas à Saúde do Adolescente. E com os dados da pesquisa “Adolescência, Saúde e Escola: vínculos e rupturas antes e durante a pandemia do Covid-19 e perspectivas futuras”, em que adolescentes residentes na área de abrangência do Centro de Saúde Santa Lúcia foram entrevistados pelos pesquisadores responsáveis.

Os dados destas duas pesquisas também foram utilizados na pesquisa diagnóstica “Direitos de crianças e adolescentes: diagnóstico no município de Belo Horizonte” e, por esse motivo, também tive acesso ao que foi escutado nos dois estudos.

4.2 Descrição do Método

Dentre as diferentes estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa diagnóstica, o presente estudo se servirá dos chamados grupos inventivos. Uma metodologia híbrida e interdisciplinar, com inspiração nas conversações de orientação psicanalítica.

Figura 1 – Grupo inventivo realizado no CRJ – Centro de Referência das Juventudes

Fonte: foto de Natália Ferri – Acervo da pesquisa

A conversação de orientação psicanalítica é uma aposta na associação livre que pode ser coletivizada, uma vez que os significantes circulam. Na conversação, não importa quem produz o significante, mas é preciso estar atento ao que o outro diz, pois os significantes tocam cada participante e causam efeitos. Há em perspectiva, um certo efeito de produção de saber, descolado do que se tinha como certeza (Miller, 2005).

Em sua experiência, Lacadée (2000) indica que a conversação com as crianças e adolescentes em suas comunidades, ou seja, em meio aos seus e no lugar onde convivem, visa, a partir de uma prática feita por muitos, extrair algo do dizer de cada sujeito. É no detalhe da enunciação que se pode extrair o particular de cada um. Nesse sentido, nas conversações, se proporciona ocasião para a palavra da criança e para o elemento de novidade que cada uma carrega. É um espaço em que se acolhe e se abre caminho para a criança/adolescente, de modo que ela possa entrar no discurso, a partir da enunciação. É dado lugar à palavra e ao singular que há no dizer de cada um. A criança/adolescente assume sua posição a partir de sua enunciação e não a partir do que já se supõe sobre ela.

Diante disso, pode-se dizer que os grupos inventivos e as conversações de orientação psicanalíticas possuem, em comum, a suposição de saber nos adolescentes e jovens e a aposta de que algo novo irá surgir a partir dos significantes que circulam entre os participantes. A diferença é que os grupos inventivos não partem

de uma associação livre coletivizada, pois conta-se com algumas perguntas orientadoras, assim como ferramentas facilitadoras, como por exemplo, recursos gráficos e imagéticos.

Para que haja uma conversação de orientação psicanalítica, é necessária a presença de um analista, que irá possibilitar a associação livre coletivizada do grupo em questão e que se recolha algo singular, uma vez que, na conversação, cada um está em nome próprio.

A aposta é que o avanço das políticas públicas para as juventudes se dê a partir do que os adolescentes e jovens têm a dizer sobre o que já é ofertado, ao mesmo tempo que eles sejam os agentes da construção do que será ofertado.

Buscou-se uma escuta representativa dos diferentes territórios de Belo Horizonte e, por esse motivo, realizou-se um levantamento por regional dos equipamentos públicos, projetos sociais, organizações não-governamentais, quilombos, comunidades ciganas e outros espaços onde se reúnem e/ou circulam crianças, adolescentes e jovens do município.

A partir desse levantamento, foram selecionados nas nove regionais administrativas do município, locais estratégicos, com o objetivo de abranger: diversidade de faixa-etária, tipo de atendimento prestado, característica do território e especificidades culturais.

Antes do início do campo, foi realizada uma pesquisa dos dispositivos ligados a políticas públicas e associações que mantêm ações ou ofertas para adolescentes. A partir disso, realizamos um trabalho de georreferenciamento dos dispositivos nas regionais de Belo Horizonte.

> Nele foram incluídos equipamentos como: Casas de Apoio, Centros de Saúde, Centros de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil (CERSAMi), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Programa Fica Vivo, entre outros projetos sociais voltados para o atendimento de adolescentes. Assim, tal mapeamento serviu como um passo inicial para a entrada no campo (Grillo, Nobre e Prates, 2024, p. 15).

Diante disso, foram identificados alguns locais e instituições propícios para a realização dos grupos inventivos com os adolescentes. Inicialmente, foram feitos os contatos com os responsáveis pelos diferentes dispositivos, com o objetivo de apresentar a pesquisa. Posteriormente, após o aceite dos responsáveis pelos

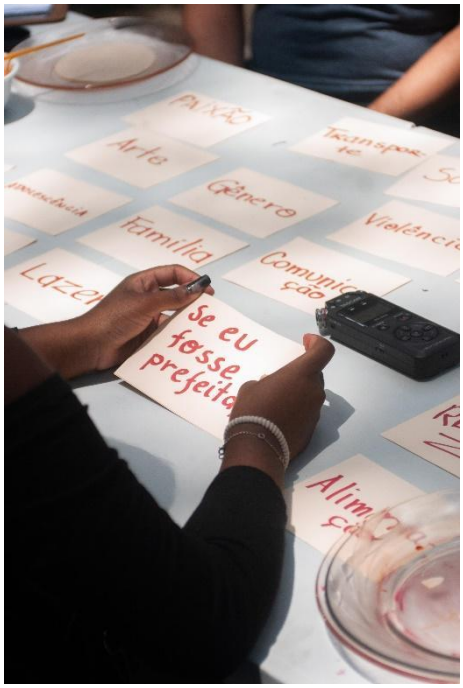
equipamentos, a pesquisa era apresentada para os adolescentes, que só participavam após a leitura, discussão e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Além disso, os pesquisadores se disponibilizavam para escutar individualmente os adolescentes, caso assim fosse desejado. Outro recurso utilizado foi o perfil do instagram (@adolescentecidade), criado para a pesquisa e que era compartilhado no momento dos grupos inventivos, caso algum adolescente desejasse ser escutado por meio de texto eletrônico (Grillo, Nobre e Prates, 2024).

Inicialmente, os grupos partiam de perguntas facilitadoras, para que fosse possível inaugurar a conversa com os adolescentes. Porém, após a realização dos primeiros grupos, verificou-se a necessidade de produzir um instrumento mais direto, mas que ao mesmo tempo conservasse o caráter aberto às falas dos adolescentes. Além disso, era preciso que o instrumento possibilitasse um maior direcionamento aos temas de interesse dos pesquisadores, ou seja, à esfera dos direitos e acesso às políticas públicas do município (Grillo, Nobre e Prates, 2024).

Nesse sentido, em um segundo tempo de elaboração da metodologia da pesquisa, as perguntas foram reduzidas a algumas palavras-chave apresentadas aos adolescentes no formato de cartões impressos trazendo apenas os temas centrais. São eles: adolescência, saúde, educação, cultura, arte, lazer, esporte, violência, alimentação, religião, grupos, raça, gênero, comunicação, família, transporte. Além desses, deixamos também cartões em branco, que funcionaram como coringas desse baralho, cuja função era a de permitir o surgimento do imprevisto (Grillo, Nobre e Prates, 2024).

Durante a pesquisa, foram ouvidos 270 adolescentes, em 41 grupos, distribuídos nas regionais de Belo Horizonte. Os grupos foram realizados em espaços diversos, com o objetivo de alcançar os adolescentes menos ouvidos. Os grupos foram facilitados por no mínimo dois pesquisadores, em que participei de três grupos, entretanto, tive acesso a todo conteúdo dos demais grupos inventivos.

Figura 2 – Cartões facilitadores



Fonte: foto de Carolina Abreu – Acervo da pesquisa

Ao longo da coleta de dados da pesquisa diagnóstica, na qual este estudo está inserido, existiram algumas lacunas metodológicas em relação à escuta de alguns adolescentes: adolescentes quilombolas, adolescentes ciganos e adolescentes indígenas brasileiros. Entretanto, tais lacunas não podem ser ignoradas, também se apresentam como dados e demandam uma escuta a partir do recorte do qual se ocupa este estudo, o que será abordado na seção destinada à análise dos dados.

5 O QUE OS ADOLESCENTES NOS ENSINAM SOBRE A CIDADE, SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOBRE O RACISMO

A partir do percurso teórico e metodológico realizado até o momento, esta seção tem o objetivo de realizar a análise do que se escutou dos adolescentes e do funcionamento das políticas públicas com o objetivo de recolher os apontamentos sobre o racismo no atendimento das políticas públicas.

A partir das transcrições de todos os grupos inventivos, as falas dos adolescentes e jovens foram processadas com base nas temáticas contidas nos cartões apresentados: *adolescência, saúde, educação, cultura, arte, lazer, esporte, violência, alimentação, religião, grupos, raça, gênero, comunicação, família e transporte*. Além de outras três categorias: *achados*, em que eram elencados pontos de destaque na fala dos adolescentes e jovens; *percepção geral sobre o contato dos pesquisadores com o grupo* para que as pesquisadoras pudessem elencar as percepções gerais sobre o grupo, como, por exemplo, dificuldades encontradas ou pontos que facilitaram ou dificultaram a escuta; e as respostas diante da pergunta *O que você faria se fosse prefeito de Belo Horizonte?*

Após esse primeiro processamento, na etapa seguinte, os temas foram trabalhados de acordo com os direitos estabelecidos pelo ECA (Brasil, 1990) e pelo Estatuto das Juventudes (Brasil, 2013), com vistas à construção de relatórios para o Diagnóstico[7]. Os direitos que orientaram este segundo momento de processamento dos dados são:

- Direito à educação;
- Direito à convivência familiar e comunitária;
- Direito à cidade;
- Direito ao esporte, à cultura e ao lazer;
- Direito à vida e à saúde;
- Direito à proteção social, segurança pública e ao acesso à justiça;
- Direito à profissionalização e à proteção no trabalho (à renda).

[7] Direitos de Crianças e adolescentes: Diagnóstico do município de Belo Horizonte - Escuta dos Adolescentes explicado no capítulo 4.

Além disso, o racismo aparece como uma chave de leitura para todo o diagnóstico e, portanto, apresenta-se como um dado que já lança luz aos resultados esperados para este estudo.

O que se escuta dos adolescentes e jovens, somado ao percurso teórico empreendido nesse estudo, é que não é possível pensar adolescências e juventudes, em Belo Horizonte, sem a discussão sobre os marcadores de raça, classe e gênero. Diante disso, a incidência do racismo nas relações dos adolescentes e jovens negros com a cidade e no atendimento e não atendimento deste público nas políticas públicas presentes no município apresentou-se como um norteador para a leitura do diagnóstico.

Após a leitura dos relatórios e de todas as vinhetas e/ou falas categorizadas, elenco três fragmentos discursivos que serão analisados a partir do referencial teórico construído ao longo deste estudo e de contribuições da psicanálise acerca da temática.

A escolha desses três fragmentos se justifica porque eles indicam formas como o racismo incide no laço social. Estes fragmentos permitem uma construção acerca de como o racismo se apresenta como base para o estabelecimento das relações dos adolescentes e jovens negros com as políticas públicas e com os diferentes espaços da cidade.

5.1 Racismo: uma chave de leitura

Um ponto que se mostra relevante na análise do que foi escutado nesse estudo é que o racismo foi uma temática que surgiu a partir das falas dos adolescentes em todos os espaços de escuta dos quais se serviram a pesquisa diagnóstica da qual este estudo é uma ramificação, mesmo esta violência não sendo diretamente nomeada como racismo. Isto é, o racismo é o que estrutura as relações das crianças, adolescentes e jovens de Belo Horizonte entre si e nos diferentes espaços e políticas públicas da cidade.

Sobre esta constatação, evoca-se a pontuação de Ribeiro (2022, p. 36) que ressalta que a constituição psíquica dos sujeitos brasileiros é atravessada pela marca da escravização no Brasil “[...] país que, no Novo Mundo, recebeu o maior número de pessoas escravizadas a partir do Tráfico do Atlântico”. Além disso, na ausência de

políticas reparatórias no período pós abolição, essa população foi deixada em situação de desassistência e miséria.

Em “Meus dias de branco”, Vieira (2022) faz uma articulação entre o Universal, Particular e Singular para se pensar em uma prática da psicanálise que não desconsidere o racismo pelo qual se estrutura a sociedade brasileira. Diante disso, parte de um ponto mais geral, que atravessa a todos, negros ou não, imersos em discursos e práticas racistas – heranças diretas da colonização e da escravização dos corpos negros – até o que é feito por cada sujeito atravessado pelo racismo.

Apesar de fazer parte de uma mesma estrutura racista, o racismo incide diferentemente sobre cada corpo e, por isso, cada um tem uma vivência particular do racismo. Isso diz sobre lugares ocupados, acessos, violências ou não violências de maneira individual. Ademais, cada um subjetiva e constrói o seu lugar próprio de dentro desse enredo. O que nunca foi dito, o que é lembrado, as lacunas que cada um preenche a seu modo, isto é, o que é singular de cada sujeito (Vieira, 2022).

Neste momento, trago importantes contribuições feitas por Bispo, Silva e Francisco (2023) em “Genocídio de jovens negros no Brasil: há saídas de um beco sem saída?”. Os autores partem de uma comparação entre o genocídio negro descrito, na década de 1970, por Abdias do Nascimento, fundamentado por estratégias de biopolítica, e o genocídio negro atual, que está fundamentado por estratégias de tanatopolítica e necropolítica, de acordo com Agamben e Mbembe. Os autores afirmam que, “Se na biopolítica o poder incide sobre a normatização da vida na lógica do fazer viver e deixar morrer, nas políticas da morte o que é denunciado é um campo de exceção em que a lei mantém o seu gládio mortífero” (Bispo, Silva; Francisco, 2023, p. 229).

No período pós-abolição, a forma com que o genocídio operou, segundo Nascimento, iniciava-se com o branqueamento da raça e ações eugenistas, em que havia a suposição de superioridade racial. Além disso, tinha-se a política imigratória após a abolição, que retirava o negro do mercado de trabalho formal, além de facilitar o estabelecimento do europeu no Brasil. Para que houvesse uma nação branca e purificada pelo sangue europeu, o negro é deixado à morte. Os efeitos desse passado escravocrata é a criminalidade “[...] como um sistema econômico e político-penal que produz o assassinato em série de jovens negros e intensifica os efeitos mortíferos do racismo” (Bispo; Silva; Francisco, 2023, p. 230). Desde o aculturamento dos povos

originários e a discriminação racial na adoção dos “enjeitados”, até o encarceramento em massa, há o consentimento do Estado em deixar morrer.

Nesse sentido, os autores alertam que, na realidade brasileira, é preciso estar atento à ideia da criminalidade apenas sob o viés da violência, quando os jovens negros são os protagonistas. É preciso prestar atenção à invisibilidade desses jovens nos diferentes espaços e às reiteradas violações a que eles estão submetidos (Bispo; Silva; Francisco, 2023).

Diante disso, pode-se dizer que pensar na criminalidade apenas pelo viés subjetivo é um equívoco, pois o racismo estrutural e sistêmico opera alterando a constituição subjetiva dos jovens negros, uma vez que o racismo, em sua dimensão intersubjetiva, incide na construção dos laços e encontra legitimidade na estrutura racial do país.

Ribeiro (2022) aponta as múltiplas formas pelas quais os sujeitos podem ser mobilizados, ao sofrerem um ato discriminatório ou segregatório. Isso porque cada sujeito é tocado de maneira singular por esses atos. Entretanto, afirma que há uma dificuldade comum a esses sujeitos em transmitir, ao outro, o quanto são afetados por esse sofrimento, o que se deve também às barreiras simbólicas e imaginárias correntes na cultura.

Tomar o racismo como um ponto de interpretação da complexidade das vulnerabilidades a que as crianças e os adolescentes do município estão submetidos, é fundamental para que seja possível a concepção de uma cidade com políticas públicas permeáveis para o acolhimento e para a escuta desses sujeitos.

Portanto, o primeiro achado deste estudo é que os adolescentes e jovens do município denunciam que a cidade de Belo Horizonte – assim como as políticas públicas – reproduz, ratifica e perpetua a violência racista. Essa denúncia é escutada a partir do que os adolescentes e jovens apontam quando convocados nos grupos inventivos a dizerem sobre a sua relação com os diferentes espaços da cidade e sobre a sua circulação pelas políticas públicas. A ausência de políticas reparatórias, a negação e silenciamento dos conflitos raciais existentes no Brasil, a partir de seu passado escravocrata e colonial, altera de maneira contundente a forma com que os adolescentes e jovens negros criam laços com os diferentes espaços, equipamentos e profissionais das políticas públicas de atendimento da cidade.

Diante disso, não há como formatar políticas públicas sem que a questão racial esteja pautada como diretriz. Para se escutar o racismo, é preciso tomá-lo como orientador, desde o planejamento das políticas. Além disso, é necessário que, os operadores das políticas públicas não só racializem os usuários, mas também se racializem e se perguntem sobre o lugar do seu próprio corpo na dinâmica social.

5.2 Psicanálise e racismo: contribuições para a leitura dos fragmentos

Em “O Infamiliar”, Freud[8] (2019) tece considerações sobre suas investigações do que chama de Infamiliar. Em sua pesquisa, o autor toma o termo como uma palavra e como um conceito, que transmite algo de angústia e horror. A partir de todo o percurso de pesquisa feito por Freud (2019), no sentido de compreensão dessa palavra-conceito, destaco uma citação que elucida algo sobre o que afirma posteriormente em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”[9] (Freud, 2020):

> Em primeiro lugar, se a teoria psicanalítica tem razão ao afirmar que todo afeto de uma moção de sentimento, de qualquer espécie, transforma-se em angústia por meio do recalque, entre os casos que provocam angústia deve haver então um grupo no qual se mostra que esse angustiante é algo recalcado que retorna. Essa espécie de angustiante seria então o infamiliar e, nesse caso, seria indiferente se ele mesmo era, originariamente, angustiante ou se carregava algum outro afeto consigo. Em segundo lugar, se isso é mesmo a natureza secreta do infamiliar, então entendemos por que o uso da língua permitiu que o familiar deslizasse para seu oposto, o infamiliar, uma vez que esse infamiliar nada tem realmente de novo ou de estranho, mas é algo íntimo à vida anímica desde muito tempo e que foi afastado pelo processo de recalcamento (Freud, 2019, p. 85).

Essas duas pontuações de Freud (2019, p. 87) sobre o infamiliar, evidencia uma outra definição elencada pelo autor, em que o termo, “[...] seria algo que deveria permanecer oculto, mas que veio à tona.” Esta citação indica algo sobre a vivência racista apresentada nos fragmentos destacados para análise, uma vez que o mito da democracia racial – assim como as diferentes dinâmicas de silenciamento da população negra no país – tenta manter algo do horror e da violência, destinada a esses corpos, como oculto. Entretanto, se deparar com esses corpos na dinâmica dos espaços urbanos, das políticas públicas e na esfera de garantia de direitos, escancara o horror, esse infamiliar que habita cada um e que se fusiona à trama social.

[8] Texto originalmente publicado em 1919.
[9] Texto originalmente publicado em 1921.

Avançando nas contribuições freudianas, Iannini e Santiago (2020) no prefácio de “Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na cultura e outros escritos”, afirmam a importância do texto “Psicologia das Massas e análise do Eu”, no que se refere à conexão entre a esfera clínica e social empreendida na investigação freudiana. Por isso, inicia-se a articulação entre laço social e racismo com uma citação inicial de Freud (2020), no referido texto.

> Na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo. (Freud, 2020, p.137)

Esta afirmação localiza a posição freudiana de que não há sujeito sem o outro e, portanto, não há subjetividade que não seja atravessada pelo modo com que as relações sociais são estabelecidas.

Sobre as massas, Freud (2020) afirma que o laço entre os indivíduos do grupo constitui-se como algo essencial para a manutenção dele. E resume essa premissa em dois pontos: o primeiro se refere à ligação libidinal entre os indivíduos, por Eros ou pulsão de vida. No segundo ponto, Freud afirma que, quando o indivíduo abre mão de sua singularidade para se guiar a partir do grupo, o faz “por amor a eles” (Freud, 2020, p.164). Ou seja, para fazer parte do grupo, o indivíduo adere a um pacto de amor aos outros membros do grupo, seus semelhantes, o que inclui defender a posição do grupo sem qualquer reflexão individual.

Essa ligação também é explicada por Freud (2020), pelo instinto gregário, concebido como algo inato ao ser humano e que se refere à sua tendência de estar junto aos seus semelhantes. Nesse sentido, opor-se ao grupo é sinônimo de separação, ou seja, algo que retira esse indivíduo do grupo, o que é evitado pelo medo de tornar-se sozinho. O autor termina com a afirmativa de que “[...] o rebanho recusa tudo o que é novo, não habitual” (Freud, 1921, p. 194). A partir disso, pode-se dizer que há algo na dinâmica do desconhecido e da diferença que o grupo tende a rechaçar, para manter a sua unidade. Em outras palavras, os modos de vida, costumes, idiomas e fenótipos diferentes são lançados à margem pelo grupo dominante.

Miller (2010) versa sobre o racismo, em sua série de lições nomeada de “Extimidade”. Como forma de situar a discussão sobre o racismo empreendida pelo autor nessa exposição, é importante localizar como ele constrói o termo “êxtimo”, que

parte do conceito de intimidade, porém, não o define como seu antônimo. O êxtimo é localizado como um dentro e fora, o que possui certa intimidade, mas também é estranho. O que se assemelha à construção sobre o infamiliar, empreendida por Freud, marcando aqui, algo que atravessa a relação do sujeito com o Outro, na constituição do laço social com o semelhante e com o diferente.

Miller (2010) aponta que o humanismo contemporâneo toma o Outro como semelhante e se ancora no discurso universalizante da ciência, que tende a uniformizar os modos de gozo. Ao tentar assumir que todos são iguais, a subjetividade do sujeito é silenciada. O autor entende que o ódio ao Outro, demonstrado pelo racismo, é marcado por possuir algo que vai além da agressividade, em que o ódio é ao gozo do Outro, o gozo diferente e o gozo a mais, que se imagina que o Outro possui. Entretanto, essa formulação retorna a algo sobre o próprio gozo, uma vez que o sujeito é definido a partir de seu lugar no Outro e, para tanto, é preciso que ele se dirija ao Outro para se constituir. Retomando ao infamiliar, o ódio ao gozo do Outro é algo que deveria ficar escondido, mas que retorna ao sujeito, como estranho e aterrorizante.

Sobre esse ponto, Laurent (2006) em “Racismo 2.0”, se atenta para os apontamentos de Lacan de que, a segregação, ocorre a partir do embate entre os modos de gozo. Diante disso, o colonizador – cultura dominante – impõe um modo de gozo único e tenta afastar aquele que goza de maneira diferente, isto é, aquele que nada se sabe sobre o gozo.

Sobre os processos segregatórios, Laurent (2006) utiliza-se da lógica dos três prisioneiros, apresentada por Lacan, e como o sujeito se articula em relação ao Outro social. A identificação se dá pelo gozo – o disco que cada um carrega nas costas, no caso do negro, no corpo - e o saber não dá conta de recobrir essa diferença. O autor afirma que, em contraponto à psicologia de grupo freudiana, para Lacan, há um não saber sobre o gozo, isto é, há uma identificação a partir de uma rejeição ao não saber e do temor de ser desmascarado pelo grupo, o que acarretaria na exclusão de sua lógica de formação. Nesse caso, o negro – de quem nada se sabe – não é um homem e por isso o rejeito, se eu não o rejeito, me torno um deles e sou igualmente segregado. A partir disso, o negro e suas atribuições vêm como uma invenção para recobrir o não saber sobre o gozo.

Bispo, Silva e Francisco (2023) utilizam a lógica lacaniana para pensar os cruzamentos entre o racismo estrutural, o racismo intersubjetivo e o genocídio do negro brasileiro. A partir do esquema L e, utilizando-se dos exemplos da incidência seletiva do direito penal na criminalização do negro, os autores fazem uma leitura de como essa articulação se dá. Nesse sentido, a ausência de critérios objetivos para a lei do tráfico, por exemplo, faz com que o operador da lei complete o vazio com o que é veiculado discursivamente sobre o negro. O racismo estrutural é o vazio para que o operador complete com a imagem do corpo negro. O imaginário dá consistência ao racismo estrutural. Nas palavras dos autores:

> Se no primeiro ensino Lacan destacava mais o aspecto estruturante do simbólico, no último ensino ele destaca essa dimensão do furo como sua consistência que permite uma amarração com as outras instâncias. Se no primeiro ensino o imaginário aparecia mais como dispersão a ser contida pela linguagem, no último ensino é relacionado com a própria consistência, como o que vem dar corpo ao significante (Bispo; Silva; Francisco, 2023, p. 234).

Diante disso, os autores associam o genocídio ao Real, sendo este o efeito ex-sistente da junção entre o racismo intersubjetivo e o racismo estrutural, o que reflete o traumático e o fora de sentido. Complementando os apontamentos feitos por Bispo, Silva e Francisco (2023), não só a falta de critérios da lei do tráfico, mas o que foi construído discursivamente sobre o negro, faz com que esse vazio seja completado com o pior.

Lacan[10] (1992), em seu seminário 17, parte da afirmativa de que o discurso é sem palavras, o que sustenta algumas relações fundamentais e, tais relações, são instrumentalizadas pela linguagem. Entretanto, o discurso vai além das enunciações e está arraigado nas relações de forma consistente. Por esse motivo, o discurso é o que estrutura e sustenta o mundo, assim como uma determinada época. Com isso, pode-se dizer que, para Lacan, o discurso é o que faz laço social. Ou seja, a forma com que os sujeitos fazem laço entre si, na lógica social, tem como base os discursos. Diante disso, Lacan (1992) elenca quatro discursos, que seriam quatro modos de fazer laço social. São eles: o discurso do mestre; o discurso da histérica; o discurso universitário e o discurso do analista (Gonçalves, 2000).

Além disso, Lacan localiza o discurso como algo que precede as palavras e que pode ou não, se utilizar delas.

[10] Texto originalmente publicado em 1969.

> Os discursos em apreço nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles. (Lacan[11], 1992, p. 177)

Não se pretende detalhar a teoria dos discursos estruturada por Lacan, mas realizar um levantamento do que ele pode auxiliar na compreensão da incidência do racismo no laço social. Nesse sentido, Lacan (2012, p. 226), em seu Seminário 19[12], afirma que "somos filhos do discurso", ou seja, estamos imersos no discurso e operamos sob sua lei. E, ao final do mesmo seminário, nos adverte sobre os efeitos do racismo, que "se enraíza no corpo, na fraternidade do corpo" que é a estrutura e o que sustenta o discurso. Ainda nesse sentido, Miller (2010, p. 57; tradução nossa) afirma que "Logo, há raças que não são físicas, e há raças que respondem à definição dada por Jacques Lacan, para quem uma raça é constituída pelo modo como os lugares simbólicos são transmitidos pela ordem de um discurso."

A partir disso, pode-se dizer que, no Brasil, o que chega primeiro é o fenótipo e a ele são acrescidas determinadas predicações sustentadas e legitimadas discursivamente, o que altera a forma com que os sujeitos negros estão dentro ou fora do laço na dinâmica social brasileira.

5.2.1 O Racismo como marca: *"Isso vai mudando o seu comportamento sempre, é desconfortável"*[13]

Apresento, neste primeiro grupo de fragmentos, algumas falas escutadas ao longo da pesquisa, em que os adolescentes e jovens negros denunciam como o racismo provoca uma marca na forma com que eles se relacionam com os espaços na cidade, além de como são tomados a partir de um viés de suspeição pela população e pelos agentes da segurança pública.

Em um dos grupos inventivos, composto por jovens residentes em diferentes regiões da cidade e com diferentes perfis socioeconômicos, um dos jovens escutados pela pesquisa, morador de uma área considerada nobre da cidade, diz que o racismo *"mudou o seu comportamento para sempre"*. Por ser negro, esse jovem precisou

[11] Texto originalmente publicado em 1970.
[12] Texto originalmente publicado em 1972.
[13] Ao longo do texto, todas as falas dos adolescentes serão grafadas em itálico e entre aspas.

adequar o seu comportamento para poder estar em seu lugar de moradia e evitar sofrer violências racistas por parte de outros moradores de seu território. Sobre isso, ele diz:

> *"O racismo, por exemplo, mudou meu comportamento para sempre. Antes eu me vestia de um modo que era apenas para não ser parado pela polícia porque eu sabia que isso poderia acontecer. Outro dia eu estava de moto e, geralmente, eu coloco o celular na mochila pra não cair do bolso. Nesse dia eu fui parado numa blitz e eu pensei 'porra... graças a deus que ele está na bolsa'... porque a primeira coisa que eles fazem é mandar a gente levantar os braços e nós já cansamos de ver a pessoa estar com um guarda-chuva e eles acharem que é uma metralhadora. Esses dias eu estava na Serra, onde tem aqueles velhos ricos, né? E a minha família, que é toda preta, acabou de mudar. Aí tem uma porta pra rua e um portão, como se tivesse uma antessala. Você entra pelo portão e tem que abrir o segundo também. Eu estava procurando a minha chave e escuto uma voz assim "pra entrar aqui você precisa de autorização, precisa chamar alguém". Não tive reação, não respondi e continuei procurando a minha chave. Quanto eu entrei eu falei 'Senhor, eu moro aqui e não quero mais ter que passar por isso de você chegar aqui, e por um racismo seu, não deixar eu entrar na minha própria casa'. Aí eu fiz um barraquinho lá, os donos começaram a ficar muito sem graça, eu fui embora e nunca mais ele apareceu por lá."*

> *"São situações constrangedoras e às vezes quando estou chegando em casa e outra pessoa também, eu espero ela entrar e eu entro depois, mas é a minha casa, caramba... é constrangedor. Isso vai mudando seu comportamento sempre, é desconfortável."*

Mesmo contando com o facilitador da classe social, este jovem não está livre de sofrer a violência racista. O olhar do outro o coloca em posição de suspeição e constante vigilância, uma vez que ele sai do lugar que está destinado a ele na dinâmica territorial da cidade.

Além disso, várias foram as falas em que os adolescentes e jovens diziam ser seguidos e vigiados em estabelecimentos comerciais, uma violência silenciosa e consentida. Entretanto, essa vigilância pode ser fatal, uma vez que, a violência também é física e é institucionalizada pela política pública de segurança, por exemplo.

Sobre esse viés, destaco algumas falas de diferentes grupos inventivos:

> *"(...) eu tenho medo da polícia porque ela sempre me confunde com bandido e eu acabo sofrendo muita violência sem ter feito absolutamente nada".*

> *"Eles têm que ter um padrão. E o X, ele é negro. Eles têm, entre aspas, um padrão. Pode ser até um preconceito velado, mas é questão de roupa, de estilo e de cara mesmo. Eles têm esse autojulgamento. Então eles abordam pessoas específicas, tipo".*

> *"(...) se a gente fosse branco não ia ser confundido com bandido não. A polícia bate porque somos pretos".*

Nos dois fragmentos apresentados, o racismo se apresenta a esses jovens a partir de uma construção discursiva, em que o Outro o vê como suspeito. No primeiro fragmento, o jovem é constantemente interpelado, em sua moradia, como alguém que não deveria estar naquele lugar ou como alguém com um lugar social pré-estabelecido. Já no segundo grupo de fragmentos, os agentes da segurança relacionam diretamente o corpo a uma infração, uma interpelação que reitera o discurso que aquele corpo não deveria estar naquele lugar.

5.2.2 O corpo desvalorizado: *"(...) se você é negro ou você é ladrão ou você é macumbeiro."*

Para iniciar a discussão sobre o segundo fragmento, conto com a leitura de Ribeiro (2022) sobre o conceito de nomeação predicativa, de Célio Garcia, em que alguns nomes têm a função de significantes destinais, predicando o sujeito, o que pode, antecipadamente, marcá-lo como destinado ao pior. A nomeação serve para marcar uma violência simbólica contra alguns corpos. A partir desta pequena introdução, o segundo fragmento se refere às marcas não verbais de como as políticas públicas veiculam o que será acolhido e como elas serão orientadas.

Este grupo inventivo foi realizado em uma instituição de internação Provisória. Priorizou-se que os grupos não fossem realizados dentro de instituições totais, porém, pelas condições legais em que estes adolescentes se apresentavam, a única forma em que havia autorização de escutá-los era na instituição. Diante disso, a temática criminal sobressaiu na fala dos adolescentes, além de denúncias de tratamento agressivo e de que serviram comida azeda aos adolescentes em cumprimento de medida nesta instituição.

Além da violência institucional direta, por meio do que foi verbalizado pelos adolescentes, outra violência silenciosa acontecia no refeitório em que o grupo foi realizado: A presença de um quadro da Santa Ceia, com Jesus e seus discípulos brancos de olhos claros, o que não é uma imagem qualquer para esse local: o sagrado, livre de pecados, é simbolizado por corpos muito diferentes do público do sistema socioeducativo. Essa imagem transmite um discurso sobre a quem é atribuída a santidade, qual é a religiosidade legitimada nesse espaço e o que é socialmente valorizado. É a marca do que é institucionalmente transmitido e velado, a partir de um

discurso de que todos são iguais e de que a legislação incide sobre todos da mesma forma. Ou seja, uma política pública destinada à garantia de proteção de adolescentes tem um ideal de corpo, de religiosidade e de modo de gozo aceito. No caso do Brasil, esse discurso racista opera sistematicamente no funcionamento das instituições públicas. Em contraponto, o que resta ao jovem negro é ser *"ladrão"* ou *"macumbeiro",* sendo o significante que remete a uma religião de matriz africana, apontado como negativo e se equiparando, não por acaso, na fala do próprio jovem, ao significante ladrão.

5.2.3 O ideal de bem-estar do colonizador: *"querem uma família perfeita!"*

O caso denominado "A luta pelo direito à maternidade de uma adolescente preta e periférica" foi escolhido, pois, mostra-se como paradigmático, no que se refere a atuação sistematicamente racista e violadora das políticas públicas de atendimento.

> O presente relato foi encaminhado ao Janela da Escuta e traz o caso de uma adolescente de 16 anos que lidou com o acolhimento institucional de seu filho ainda no puerpério, momento em que ela identificou que vivia uma depressão pós-parto, como é a realidade de muitas mulheres puérperas. Um olhar violento para essa situação de grande delicadeza levou uma profissional da saúde a denunciar a mãe ao Conselho Tutelar durante uma consulta, por entender que havia apatia no trato dela com a criança. A adolescente, mãe, periférica, negra, cujo companheiro também é um jovem negro e periférico, teve seu filho acolhido logo nos primeiros meses de vida, assim permanecendo durante cerca de um ano.
>
> Embora não tenha ocorrido nenhuma violação grave de direitos contra o bebê para que essa medida de proteção tivesse sido ensejada – o que somente deveria ocorrer em caráter excepcional –, a institucionalização foi levada adiante, fundamentada no ideal de fortalecimento dos vínculos familiares que pudessem oferecer um suporte à adolescente no cuidado com o bebê. Constatamos, contudo, que esse trabalho poderia ser executado por outra política de fortalecimento de vínculos e a partir de outras medidas protetivas, favorecendo o direito à convivência familiar e evitando o prolongamento do sofrimento que a institucionalização promove.
>
> A família era assídua nas visitas, incluindo familiares extensos, como avós e bisavós da criança, que também visitavam e manifestavam interesse na guardiania da criança, estando representados por respectivos defensores públicos.
>
> O período de acompanhamento familiar foi compreendido pela equipe técnica da unidade como permeado de avanços e retrocessos, porém os retrocessos pareciam ter mais peso. Assim, a medida foi sendo estendida em nome de um ideal de relação intrafamiliar, que deveria se mostrar ilesa a todo conflito, performando uma harmonia ao olhar avaliador da equipe da instituição de acolhimento. A própria adolescente constata e se indigna: "querem uma família perfeita!"

> Ao longo do tempo, esse discurso do ideal de família resvalou para o ponto de uma violência psicológica contra a adolescente, que passou a ouvir falas ditas corriqueiramente por alguns membros da equipe ampliada do abrigo, como: “você sabe que não tem a menor chance de seu filho voltar pra sua casa”; ou ainda: “seu filho já está aqui há muito tempo e só sai daqui a criança que tem uma família de verdade”.
>
> A adolescente relatava se sentir abalada com tais colocações, nomeando que viveu uma “pressão psicológica”. Relatou que muitas vezes se sentia consumida por um sentimento de culpa, que confrontava sua esperança de conseguir recuperar a guarda do filho. Após os episódios de embates com a equipe, a adolescente costumava sentir-se fragilizada inclusive para estar presente nas visitas ao filho.
>
> [...] Nesse contexto, antes que o primeiro ano de institucionalização se completasse, um parecer de colocação da criança em família substituta foi enviado ao Juiz pela equipe técnica da unidade de acolhimento.
>
> A possibilidade de a própria mãe receber a guarda legal da criança foi desconsiderada pelo abrigo, principalmente por afirmarem que a jovem apresentava muita necessidade de ser cuidada por sua mãe, a avó da criança. Além disso, alegavam que a família tinha dificuldades de acolhê-la, o que foi entendido por eles como uma impossibilidade da jovem conciliar os papéis de mãe e de filha, sendo, então, penalizada por sua condição de adolescente.
>
> [...] Nesse contexto, os comportamentos típicos da adolescência, como ensejar uma separação discursiva em relação à sua família, não aceitar certos limites, ser provocativa com a própria mãe ou, ainda, tentar resgatar a relação com o companheiro em momentos de conflito, eram movimentos reconhecidos como traços incompatíveis com um ideal de maternidade.
>
> O pai da criança, que assumiu os cuidados do bebê durante o período frágil de puerpério da mãe, tampouco teve sua função paterna fortalecida, e a família entendeu que houve discriminação pelo fato de ele ser negro e usar roupas típicas de jovens periféricos - bermudas, camisas de time e ter tatuagens. Desse modo, ao longo de um ano, não lhes foram propostas ações complementares que favorecessem a vinculação, tais como passeios com a criança aos finais de semana, acompanhamento nas consultas do filho, buscá-lo na escola, dentre outros (Grillo; Nobre; Prates, 2024, p. 155-157).

No caso em questão, estão presentes vários pontos em que os operadores das políticas públicas partiram de um ideal de bem-estar, para decidir o que seria o destino do grupo familiar. Onde a política pública deveria ter atuado de forma protetiva e na direção do fortalecimento de vínculos familiares (se atentando à forma de vida e a dinâmica estabelecidas pelo próprio sujeito), atuou a partir de um protocolo engessado, em que a jovem mãe puérpera foi punida pelo Estado com a institucionalização de seu filho.

Esta jovem se viu intimidada pelos técnicos do abrigo e incapaz de responder ao ideal da “família perfeita”, ideal impossível a qualquer sujeito, sejam quais forem as circunstâncias. A adolescência, o puerpério, o recorte racial e de classe da jovem

não foram escutados e considerados, ao se traçar as intervenções possíveis para o caso. Além disso, observa-se que os critérios exigidos para que estes pais fossem considerados aptos para exercer a função protetiva, para a criança, são incertos e subjetivos. Diante disso, o que se escuta é que, neste caso, o que pautou a atuação dos técnicos do abrigo foi o racismo.

5.3 Invenções que fazem laço: Propostas

Um dos pontos de orientação da pesquisa diagnóstica se refere às proposições feitas pelos adolescentes e jovens para o avanço das políticas públicas para o município. Ao longo dos grupos inventivos e das entrevistas, surgiram algumas propostas dos jovens acerca das políticas públicas, instituições, acessos ou não acessos a alguma esfera de direitos.

Diante disso, elenco nesse tópico algumas propostas dos adolescentes e jovens face ao racismo. Um ponto importante é que esta foi uma temática em que as propostas foram pontuadas de maneira genérica ou foram ausentes, ou seja, havia um silêncio sobre a questão, o que levanta algumas hipóteses.

Uma delas é o mito da democracia racial, responsável pela disseminação de que não existe conflitos raciais ou reflexos do racismo na vivência das pessoas negras no país. Isso faz com que o racismo como violência seja lido como outras coisas, como por exemplo, *bullying* ou brincadeira. A não nomeação do racismo deslegitima esse tipo de violência, além de silenciar os debates necessários para o desvelamento e possível enfrentamento a práticas racistas, no contexto das políticas públicas. Outro ponto é uma descrença de que algo possa ser feito nesse sentido, por serem discursos e práticas que já fazem parte da forma de fazer laço no país. No início dessa seção, quando se aponta o racismo como uma chave de leitura, considera-se também o que os adolescentes e jovens não conseguem nomear como racismo, mas que aparece como índice desse tipo de violência em suas narrativas.

Diante disso, uma jovem de um coletivo artístico cultural em funcionamento no Centro de Referência da Juventude – CRJ, ressalta:

> *“não é só fazer as políticas públicas. A quem interessa? Precisa mudar na raiz, ter mais mulheres, pessoas pretas, trans, no poder. E como vamos fazer isso? É um sistema difícil de mudar, que é feito para privilegiar um tipo de população... como vamos mudar isso? Não existe igualdade. Como é o caso*

> *das cotas raciais, de pessoas trans, por exemplo. A entrada é até garantida, mas vai pesquisar quantos de fato conseguem finalizar a faculdade. Para mudar isso, precisamos entender que igualdade não existe de fato".*

No mesmo sentido outra jovem, do mesmo coletivo, aponta que:

> *"precisamos cobrar de quem tem condições para fazer coisas diferentes, pois muitas vezes cobramos de pessoas que não têm condições de alterar a realidade. Penso sempre que essa é uma pessoa branca, homem e hétero. Dificilmente será uma pessoa preta e mulher. Não precisamos viver numa prática de escassez. E a gente não cobra as pessoas – por que me dá tão pouco já que tenho direito? A questão é redirecionar as cobranças".*

Já um jovem engajado em movimentos artístico-culturais de Belo Horizonte diz:

> *"então é muito difícil a gente desvencilhar disso e reeducar a população a não ser racista. Acho que isso tá muito enraizado, é a mesma coisa de dar murro em ponta de faca, né?"*

As propostas apresentadas não foram diretivas, porém, levantam importantes perguntas sobre o que é transmitido pelas políticas públicas aos adolescentes e jovens. Nesse sentido, apresento a proposta de um adolescente privado de liberdade: *"menos cadeias e mais escolas!"*. Esta proposta me traz o questionamento sobre a própria estrutura física das unidades socioeducativas que, de acordo com o descrito na legislação, deveriam ser semelhantes a um ambiente escolar, mas se assemelham a uma unidade prisional. Além disso, o dado sobre qual é a cor dos adolescentes privados de liberdade, demarca qual é o lugar do corpo de um adolescente negro nas políticas públicas.

Outra proposta decidida de um adolescente é de que se fosse prefeito, *"gostaria de acabar com o preconceito racial no mundo"*.

Diante disso, apresento uma proposta que não foi extraída de um grupo inventivo, mas que alguns pesquisadores da equipe do diagnóstico puderam recolher, ao participarem de um debate dos vereadores-mirins do projeto Câmara Mirim[14]. Na Plenária do dia 25 de outubro de 2023, o projeto de lei número 12 foi aprovado com 27 votos favoráveis e uma abstenção. Este projeto de lei

> [...] visa instituir a Educação Antirracista nas escolas, promovida por meio de cartazes que divulguem conceitos antirracistas, rodas de conversa entre

[14] É um projeto desenvolvido na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte no qual os adolescentes aprendem sobre o processo legislativo e discutem temáticas de seus interesses. A partir disso propõem projetos que são encaminhados aos parlamentares ou ao executivo municipal. (Grillo, Nobre e Prates, 2024)

> vereadores-mirins, alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas, pais e mediadores[15] (Grillo; Nobre; Prates, 2024. p. 32).

A aprovação desse projeto de lei pelos adolescentes, demonstra uma tentativa, desses adolescentes, de que discursos antirracistas circulem em uma das políticas púbicas que mais expulsa crianças e adolescentes negros e que, muitas vezes, se mostra como uma importante desconexão na vida desses sujeitos. Ou seja, há a escuta desses adolescentes sobre o lugar estratégico da política pública de Educação no que se refere a uma solução frente ao racismo.

5.4 Invenções fora do laço: rupturas

Ao longo deste estudo, participei de alguns espaços que possibilitaram a escuta de pontos importantes que emergiram do campo da pesquisa diagnóstica e da construção dele. Um desses espaços foi a conversação na noite do CIEN - Minas Gerais, em novembro de 2023, em atividade denominada “Onde estão os adolescentes nas Políticas Públicas?”. Nesse momento, havíamos finalizado o campo do diagnóstico e estávamos em vias para a finalização dos relatórios finais, com os resultados do que foi escutado dos adolescentes.

Além de alguns dos pesquisadores do diagnóstico, estavam presentes profissionais de políticas públicas que atendem adolescentes. Uma técnica do Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) relatou o desafio de que o adolescente atendido pelo serviço compreenda que quando ele é apreendido por tráfico de drogas, ele será inserido em um acompanhamento familiar e não em cumprimento de medida socioeducativa, uma vez que o tráfico é entendido como uma violação de direitos ao adolescente, por se tratar de uma das piores formas de trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Cabe destacar que o PAEFI e o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas fazem parte da média complexidade da política de Assistência Social Municipal e estão dentro do mesmo equipamento, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Além disso, cabe

[15] Projeto de Lei submetido pelos vereadores-mirins completo no anexo 6.

ressaltar que os dois serviços possuem a perspectiva de proteção e garantia de direitos dos adolescentes e famílias atendidas.

Diante dessa provocação e do que se escuta da pesquisa diagnóstica, alguns pontos surgem ao longo da conversação do CIEN.

O que eu escuto é que essa dificuldade de compreensão do adolescente, diante de uma proposta de acompanhamento familiar diz de uma denúncia dele em relação à negativa sistemática de direitos, por parte das políticas públicas. Até aquele momento, ao cometer um ato infracional, o adolescente chega ao CREAS pelo viés de uma responsabilização individual, sem a devida leitura de que o ato infracional é uma consequência da série de violações de direitos a que esse adolescente foi submetido anteriormente. Tal fato é corroborado pela minha experiência de trabalho no CRAS, onde muitas vezes os adolescentes e suas famílias não relacionavam as intervenções e ofertas realizadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) como ações protetivas, com vistas à garantia de direitos e seguranças sociais.

Isso se apresenta como um paradoxo para o adolescente, que não compreende que aquele espaço se destina a uma construção pela perspectiva protetiva. Diante dessa contradição, dificilmente essa lógica toma outra posição para esse sujeito.

Além dessa discussão, o significante conselho surge como sinônimo da instância de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente – Conselho Tutelar - e, a partir dos adolescentes ao dizerem sobre a figura do adulto, aquele que dá conselho, e que indica o que eles devem fazer.

Nesse sentido, é preciso salientar que o Conselho Tutelar, além de fiscalização, exerce a função de elaboração e formulação das políticas públicas para o atendimento de crianças e adolescentes. Diante disso, elabora-se que o operador da política pública precisa sair do lugar do conselheiro – que diz o que ele deve fazer – e estar ao lado das construções dos adolescentes, inclusive no fomento da participação deles nas instâncias de controle social. Tal fato confirma a denúncia dos adolescentes escutados no diagnóstico, no que diz respeito à falta de atenção dos operadores das políticas públicas sobre a forma com que eles podem estar nas políticas públicas.

Outro ponto levantado dizia respeito ao caráter coercitivo das políticas públicas, uma vez que toda política pública é coercitiva, pois ela exige que todos cumpram os protocolos de acesso e regras institucionais. Porém, alguns corpos são colocados

sistematicamente para fora dessa institucionalidade desde o seu nascimento, ou seja, há uma dupla coerção. Diante disso, é preciso que o operador das políticas públicas considere a particularidade dos adolescentes que são expulsos do laço social, para que as construções singulares desses sujeitos possam ter lugar. Sendo assim, pensar na singularidade é operar fora da lógica do para todos, com permeabilidade para que esses sujeitos possam participar da tessitura de uma forma possível de laço para cada um.

Os adolescentes e jovens resistem ao caráter coercitivo a partir da subversão da institucionalidade dos acessos. Eles denunciam que há algo que precisa ser diferente para que se rompa com a lógica racista em jogo. Quando não há possibilidade de estar no laço, a resposta é a recusa às ofertas das políticas públicas como um ato.

Entretanto, a recusa é uma resposta fora do laço, o que mantém esse adolescente à margem. Adolescentes e jovens negros que, desde o nascimento, são continuamente colocados para fora das políticas públicas, respondem com outra ruptura, quando essas políticas não consideram o que está na estrutura, no ato da não adesão às suas ofertas. Uma política pública para todos é universalizante e desconsidera as particularidades dos adolescentes e jovens negros na sociedade brasileira. Desse modo, é preciso que as políticas públicas se atentem para o não acesso, a não adesão e as rupturas dos adolescentes, como orientadoras para o atendimento, para as ofertas e que não reproduzam a violência racista contra os adolescentes e jovens negros. Além de políticas públicas que possuam uma diretriz antirracista, é preciso atuar também na direção da reparação aos séculos de violação que corpos negros estão submetidos.

5.5 A negativa como um dado

O diagnóstico das infâncias e adolescências de Belo Horizonte partiu da premissa de escutar os adolescentes menos ouvidos no município. Entretanto, não conseguimos escutar alguns adolescentes como: adolescentes quilombolas, adolescentes ciganos e adolescentes indígenas brasileiros.

> Nos quilombos, não conseguimos estabelecer um contato efetivo com os adolescentes, não foi possível a formação do grupo ou mesmo a realização

> de entrevistas individuais. Não conseguimos estabelecer uma interlocução com os ciganos, ainda que tenhamos mantido contato com agentes comunitários de saúde e técnicos de centros de saúde e CRAS próximo ao território apontado como o de residência desse grupo. Também não conseguimos organizar um grupo inventivo com adolescentes indígenas brasileiros residentes em Belo Horizonte – um contato da comunidade nos relatou resistência dos pais (Grillo; Nobre; Prates, 2024, p. 16).

A dificuldade de acesso a esses adolescentes pode ser escutada como uma negativa de participação e algumas hipóteses podem ser levantadas. Uma delas se refere a entrada da universidade na dinâmica da vida desses grupos, por um viés exploratório e pouco cuidadoso, além de se depararem com estudos que não tem nenhuma efetividade ou relevância social para ser realizado. Outra hipótese é a desconfiança e descrença em relação ao poder público, que historicamente, e não por acaso, desconsidera alguns grupos e territórios, na formulação de políticas públicas.

Ademais, a dinâmica racista e segregacionista opera cotidianamente sobre esses grupos e o poder público está entre os que, ativamente, ratificam esta dinâmica. Diante disso, a dificuldade de acesso e articulação para que os adolescentes quilombolas, ciganos e indígenas brasileiros participassem da pesquisa é um dado que não pode ser desconsiderado nesse estudo. A negativa de participação é uma estratégia de proteção e manutenção da legitimidade do espaço, do território e de modos de vida desses grupos.

5.6 Contribuições da psicanálise à *práxis* antirracista nas políticas públicas

Ao longo de todo este estudo, tanto nos grupos inventivos como nas entrevistas, os adolescentes apresentam o desejo de serem escutados e de não serem tomados como sujeitos que não sabem nada sobre si. Diante disso, aparece a demanda por uma cidade mais permeável aos modos de circulação e de ocupação deles. Além disso, escuto a partir das falas e das propostas dos outros eixos do diagnóstico, a demanda por políticas públicas com ofertas que estejam à altura da inventividade e da potência dos adolescentes.

Com base no que foi recolhido ao longo do percurso com os adolescentes, serão apresentadas algumas contribuições da psicanálise para uma atuação nas políticas públicas que se propõem antirracistas e antissegregacionistas.

Laurent (1999, p. 8) em “O analista cidadão”, faz uma recomendação de que “Os analistas têm que passar da posição de analista como especialista da desidentificação à de analista cidadão”, ou seja, os analistas devem assumir uma posição política frente às formas de segregação presentes em sua época. Apesar de o texto fazer uma contribuição, principalmente, na presença do psicanalista na rede de saúde mental, pode-se extrair essa recomendação para o atendimento de sujeitos atravessados pelas diversas formas de segregação em curso.

Kilomba (2019) faz alguns questionamentos sobre o silenciamento do sujeito negro. Esses questionamentos giram em torno do que o sujeito branco não quer escutar ou que teria que ser mantido em segredo.

> O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es (Castro Varela e Dhawan, 2003). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem”. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que “não pertencem”. A máscara recria esse projeto de silenciamento e controla a possibilidade de que colonizadas/os possam um dia ser ouvidas/os e, consequentemente, possam pertencer (Kilomba, 2019, p. 42-43).

Além disso, para Kilomba (2019), tomar consciência sobre o racismo é um processo psicológico trabalhoso e por isso não pode ser analisado apenas como uma falha moral. Se racializar e se tornar consciente dos próprios privilégios de se viver em uma estrutura racista é um trabalho sobre o qual cada um precisa se debruçar, a partir do ponto em que é de alguma forma atravessado.

Diante disso, sugiro uma nota sobre a urgente necessidade de que os operadores das políticas púbicas, se ocupem do próprio corpo, se perguntem sobre a sua raça/cor, sobre os acessos e não acessos resultantes da localização deste corpo na dinâmica social, ou seja, é preciso que os operadores das políticas públicas se racializem. Uma operação fundamental para que seja possível a racialização dos adolescentes e jovens atendidos. Só assim é possível que o racismo seja pautado e considerado, no que diz respeito ao atendimento (ou não atendimento) desse público, no contexto das políticas públicas.

A partir da indagação sobre o que a presença do psicanalista pode diante do questionamento do sujeito adolescente, acerca do não saber sobre a sexualidade, Lacadée (2011) indica que o psicanalista deve escutar o adolescente da forma com que ele se apresenta. O psicanalista deve escutá-lo, renunciando as predicações e os

ideais acrescidos ao sujeito. Além disso, deve possibilitar formas de laço social que caibam a ele. Essas premissas permitiriam que algo novo e singular possa surgir de cada adolescente, em contraponto ao que é previamente instituído discursivamente sobre ele.

Lacadée (2011) cita Aichhorn (1925) que

> [...] convida o educador a se sentar ao lado do adolescente para estabelecer uma relação de confiança e fazer uma oferta de tradução e nomeação para o que já foi tomado como delinquência, desvio, errância. Para Aichhorn, que se baseia na psicanálise, o consentimento com certo princípio de indeterminação, de liberdade, é indispensável para que o sujeito invente outra maneira de dizer não ao Outro; para que possa se identificar com sua própria maneira de dizer, isto é, a que lhe permite se responsabilizar pelo pulsional que o agita e o leva ao ato.
>
> Tal empreitada de tradução pede um lugar de acolhida no qual o sujeito possa medir sua própria responsabilidade, a de ter de responder por intermédio de sua própria língua (Lacadée, 2011, p. 134).

Essas duas considerações de Lacadée (2011) podem ser tomadas por todo profissional que se propõe a atender adolescentes, principalmente, adolescentes aos quais são acrescidas predicações negativas, a partir da presença do fenótipo negro. Dar lugar ao que o adolescente e jovem negro tem a dizer sobre si, seus modos de viver e suas escolhas é dar dignidade a esses sujeitos. No contexto das políticas púbicas de atendimento, sentar-se ao lado do adolescente significa mais do que elencar ofertas e apontar possibilidades. É preciso escutar também o que incide em seu percurso, enquanto desconexões e desenlaces, para que seja possível a construção de invenções frente aos não acessos, resultantes da estrutura racista das políticas públicas.

Lejbowicz (2022), em “El rechazo de lo femenino: Del horror al coraje”, tece considerações acerca da incidência do feminino no social, como uma posição política anti-segregativa. Nesse sentido, toma-se o feminino enquanto modo de gozo aberto ao infinito, o que se contrapõe à lógica de um conjunto fechado e circunscrito do gozo masculino.

A autora faz uma leitura sobre como a posição do feminino, marcada pelo horror de que nada se sabe sobre ele, faz um contraponto à lógica segregativa de que todos devem gozar da mesma forma. Isto é, o feminino como uma nova forma de estabelecer laço social (Lejbowicz, 2022).

Diante disso, essa outra forma de fazer laço seria a aposta na singularidade, frente à institucionalidade do racismo. Esta é uma leitura possível para uma maior permeabilidade das políticas públicas para adolescentes e jovens e para a própria circulação desses sujeitos na cidade. Uma cidade que seja aberta a inventividade dos adolescentes e jovens, e que tenha políticas públicas que sejam planejadas a partir de uma lógica antirracista.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo surgiu de questionamentos sobre a prática, na ponta, das políticas públicas de atendimento, e também a partir da minha percepção, enquanto profissional, da necessidade de que o debate sobre os reflexos do racismo e do passado colonial e escravocrata do país, seja fomentado. A possibilidade da inserção deste estudo no contexto de uma pesquisa mais ampla foi fundamental para que ele tenha algum alcance, pois a construção coletiva e interdisciplinar me possibilitou diversos e preciosos olhares sobre uma temática complexa e socialmente relevante. Esta pesquisa foi construída com os adolescentes e jovens de Belo Horizonte e tem o impacto de embasar o planejamento das políticas públicas do município. Pontos que foram responsáveis para que, este estudo, se apresentasse cada vez mais vivo ao longo de sua construção.

Inicialmente, a ideia era pensar sobre a escuta antirracista nos dispositivos públicos de atendimento aos adolescentes e jovens negros da cidade, entretanto, fui advertida de que a escuta não seria passível de racialização. Contudo, as políticas públicas concebidas a partir de uma vertente institucional são atravessadas pelo pacto silencioso da branquitude, que mantém invisíveis e silenciadas as mazelas provenientes do racismo brasileiro. Diante disso, as políticas públicas – que são conceitualizadas a partir da premissa de serem universais e para todos – se tornam excludentes desde sua concepção, colocando para fora os sujeitos que não cabem na universalidade das políticas públicas. Ou seja, mesmo que a escuta seja algo que deve estar além de adjetivos, concluo que as políticas públicas precisam reconhecer a sua estruturação racista, para que outra forma de construção seja possível. É preciso reconhecer as particularidades em ser um corpo jovem negro no Brasil. Este estudo possui o recorte do município de Belo Horizonte, todavia, os seus resultados apontam para uma direção que pode ser estendida para o contexto brasileiro.

Além disso, os operadores das políticas públicas também precisam se perguntar sobre a localização do próprio corpo na dinâmica social, para que seja possível escutar e reconhecer o percurso do adolescente e do jovem negro até a sua chegada em um atendimento nas políticas públicas. Inclusive, o não atendimento dos adolescentes, jovens e suas famílias em algum momento ou durante toda uma vida, não é um dado qualquer. Ribeiro (2022) ressalta que é preciso que os psicanalistas,

no contemporâneo, se coloquem à trabalho na escuta do sofrimento psíquico dos sujeitos marcados pela violência simbólica racial. Acrescento que não só os psicanalistas, mas todos que se propõem ao atendimento no contexto das políticas públicas.

A realização do Diagnóstico das infâncias e adolescências contou com a Rede Transdisciplinar de Pesquisa com Crianças, Adolescentes e Jovens da UFMG - Rede/UFMG. A Rede/UFMG é composta por quatro grupos de pesquisa, ensino e extensão de diferentes unidades de ensino da universidade. São eles: O CRISP; o Janela da Escuta; o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Infantil e Infância (NEPEI) e o Polos de Cidadania. Por esse motivo, o Diagnóstico das infâncias e adolescências serviu-se de diferentes metodologias quantitativas e qualitativas para traçar o panorama atual das políticas públicas para a infância e adolescência no município. Contudo, o diferencial desse Diagnóstico para o anterior, é a centralidade dada à escuta das crianças, adolescentes e suas famílias em sua construção.

Apesar do rico material proveniente do Diagnóstico, precisei extrair alguns fragmentos discursivos para serem trabalhados nesta dissertação. Entendo que a discussão que iniciei não se encerra com a finalização do percurso do mestrado. Não utilizei diretamente tudo o que foi escutado nos grupos inventivos e nas entrevistas, mas a leitura de todo o material da escuta, dos adolescentes, jovens e dos demais relatórios dos outros grupos da Rede/UFMG foi importante para a compreensão de como o racismo é intrínseco ao modo com que as relações são estabelecidas na cidade e nas políticas públicas.

A partir da leitura de todos os relatórios produtos do Diagnóstico, constato que o racismo atravessou todos os resultados, além de aparecer de maneira contundente também na escuta das crianças. Tal fato corrobora a minha hipótese de que o racismo perpassa a forma de fazer laço de sujeitos negros, desde o seu nascimento, além da marca discursiva anterior ao nascimento e que se repete na circulação pelos espaços da cidade e no atendimento (ou não atendimento) das políticas públicas.

A partir da escuta dos adolescentes e jovens ao longo deste estudo, eles apontam que desejam ser inseridos nas políticas públicas. Porém, políticas públicas que permitam um atendimento que considere as suas particularidades, tanto no acolhimento e escuta, quanto na permeabilidade dos protocolos universais. O que se escuta, desses sujeitos, são apontamentos de uma falta de legitimidade do que eles

denunciam nos espaços da cidade e nas políticas de atendimento. Isso retroalimenta o descrédito que os operadores das políticas públicas têm, quando se deparam com o atendimento desse recorte etário. Tal fato me faz pensar que não basta que haja garantias constitucionais e previsão legal de atendimento, de serviços e de benefícios, mas é preciso que, o que é previsto e legislado, esteja à altura desses sujeitos. Uma cidade, um equipamento público e uma política pública precisam ser capazes de operar na direção da garantia da dignidade de crianças, adolescentes e jovens negros. Só assim é possível conceber um Estado que não tem uma política de morte como diretriz.

O Diagnóstico e este estudo confirmam que os marcadores de raça, classe e gênero se apresentam como uma lente para a leitura da atuação (ou não atuação) das políticas públicas. Além disso, constatam que as rupturas não estão do lado dos adolescentes e jovens negros, mas sim na impermeabilidade das políticas. Os adolescentes e jovens negros são marcados por uma exclusão ativa das políticas públicas, que se perpetua há séculos. O que significa que não há lugar para o jovem negro na cidade e nas políticas, ou seja, estes sujeitos não podem estar dentro do laço social.

Ao final deste estudo, me questiono sobre o que retorna aos adolescentes e jovens como resultado do Diagnóstico. A aposta da construção de um diagnóstico embasado no que as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias transmitem sobre a cidade, carrega também a responsabilidade dos pesquisadores em fazer com que algo ressoe, de forma efetiva, no planejamento e execução das políticas públicas do município. Diante disso, me surgem as perguntas: Como fazer essa pesquisa ecoar nas políticas públicas, ou seja, como amplificar o que os adolescentes e jovens apontam sobre as políticas públicas e sobre a cidade? Como realizar as devolutivas de uma boa maneira?

Me pergunto o que reverberou para os adolescentes e jovens ao serem convocados do lugar de pesquisadores na construção do Diagnóstico? Um novo lugar no laço, uma aposta de que ao assumirem a posição de pesquisadores, estão ativamente participando de uma instância de controle social.

Acredito que, mais de 500 anos de afirmação e consequente institucionalização do racismo, não tem uma solução simples e localizada. Porém, é preciso que um outro discurso circule desde a esfera micro de uma discussão de casos na rede, até em

uma advertência de alguém que esteja avisado de que, a violência racista deve ser considerada nas esferas de planejamento das políticas públicas. Destacar o racismo, juntamente com outros marcadores sociais, como orientadores para a leitura do Diagnóstico é um ponto que permite que as políticas públicas possam avançar rumo à construção de um projeto antirracista.

Este estudo não teve o objetivo de investigar a legislação que orienta as políticas públicas de atendimento de adolescentes e jovens, assim como a sua execução para verificar, de maneira detalhada, como se dá a incidência do racismo em cada uma delas. Entretanto, a partir do que é escutado, algo nesse sentido pode ser pesquisado, uma vez que esses apontamentos se apresentam como importantes, nas esferas de planejamento.

Outra abertura possível se refere às particularidades da adolescência e juventude negra no país. O que atravessa o direito a ser adolescente e, consequentemente, a ser tratado como adolescente? Quem pode ser adolescente no Brasil?

A dificuldade de contato e consequente não escuta dos adolescentes e jovens quilombolas, ciganos e indígenas brasileiros também lança perguntas sobre o modo com que esses grupos foram acionados, por pesquisadores, ao longo do tempo. Além disso, me pergunto se a violência do racismo institucionalizado pelo Estado incide, de forma mais intensa, contra esses grupos.

A construção deste estudo se deu a partir da atuação em políticas públicas, porém, em um momento que eu não atuava diretamente nesse campo. Todavia, durante o mestrado, a minha atuação se deu no contexto do projeto “Janela da Escuta”, o que fez com que fosse possível perceber a dinâmica da construção dos casos junto a rede de atendimento e perceber a necessidade de se racializar os casos. O trabalho do “Janela da Escuta” tem um lugar privilegiado junto a rede de atendimento, pois, estar dentro e fora da institucionalidade de uma política pública, proporciona um espaço para que a rede se interrogue sobre o caso e algo inédito surja desta interrogação. Além disso, as intervenções da equipe do “Janela da Escuta” podem ser conduzidas no sentido de provocar a leitura racializada dos casos, o que permite que a escuta dos operadores da rede de atendimento se abra para o que muitas vezes está encoberto e é desconsiderado na condução dos casos.

Recolher os discursos e práticas racistas no atendimento (ou não atendimento) de adolescentes e jovens nas políticas públicas de Belo Horizonte, é escutar deste público como o laço social foi alterado a partir da incidência do racismo, através das políticas públicas. Diante disso, é preciso ir em direção a uma forma de reparação do que foi alterado pelo racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 255p.

ANUÁRIO BRASILERO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 16, 2022. Ano 16 – 2022. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/58 Acesso em: 6 jun. 2024.

BENTO, C. **Pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148p.

BISPO, F.S.; SILVA, B.O.; FRANCISCO, N.O. Genocídio de jovens negros no Brasil: há saídas de um beco sem saída?. *In:* GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O.; BISPO, F.S.; SIQUEIRA, F. G. (org.). **Cicatrizes da escravização:** psicanálise em diálogo. Vitória: Edufes, 2023. p. 224-243. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/7c21f6bf-d93f-41c4-8ad7-f00f40088972/content. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRIOLE, G. Conversaciones sobre el parlêtre. *In:* MILLER, J-A; BRIOLE, G. (org.). **La conversación clínica**. Olivos: Grama Ediciones, 2020. p.9-13.

CALAZANS, R.; SERPA, T. Psicanálise e método científico: pesquisa de campo. *In:* KYRILLOS NETO, F. MOREIRA, J.O. (org.). **Pesquisa em Psicanálise:** transmissão na Universidade. Barbacena : EdUEMG, 2010. p. 81-98. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2010/2010_PESQUISA_EM_PSICANALISE_TRANSMISSAO_NA_UNIVERSIDADE.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

COSENZA, D. Tempos lógicos da iniciação sexual na adolescência. *In:* COSENZA, D. **Clínica do excesso:** Derivas pulsionais e soluções sintomáticas na psicopatologia contemporânea. Belo Horizonte: Scriptum, 2024. p. 110-127.

CUNHA, V. M.; MOREIRA, L. E. A Subtração da vida como política de morte: vozes de mães de jovens negros assassinados. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 43, p.

e246660, 2023. Disponível em:https://www.scielo.br/j/pcp/a/GtcjwTwHSc5jYrWgc49KkcS/?lang=pt . Acesso em: 6 jun. 2024.

DAVID, E. C. **Aquilombamento da saúde mental:** cuidado antirracista na atenção psicossocial. São Paulo: Hucitec, 2023. 208 p.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L. A juventude no Brasil: questões e desafios. *In:* MATOS, M.; GOMES, N. L.; DAYRELL, J. (org.). **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.** Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 2009. p. 89-113. (v.5)

ESTEVES, L.C.G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In:* ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.R.; ESTEVES, L.C.G. (org.) **Juventudes:** outros olhares sobre a diversidade. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume27_juventude_outros_olhares_sobre_a_diversidade.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

EUFRAZIO, F. F. Do genocídio da criança e do adolescente negro durante e após a escravidão. **Revista Aedos**, *[s. l.],* v. 14, n. 31, p. 172–186, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/119533. Acesso em: 6 jun. 2024.

FAUSTINO, G. O.; HUNING, S. M. O Plano Juventude Viva e a rede de políticas de juventude para enfrentamento à violência em Alagoas. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., p. 1413-1432, dez. 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000400017. Acesso em: 02 nov. 2024.

FERNANDES, A. C. F.; MARTINS, R.; OLIVEIRA, R. P. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético-musical em sala de aula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 183–200, maio 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p183-200. Acesso em: 6 jun. 2024.

FERREIRA, T. Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra – a aposta na invenção subjetiva. *In:* FERREIRA, T.; VORCARO, A. (org.). **Pesquisa e psicanálise**: do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. *E-book.* Posição 2266-2705.

FLEURY, D.; R.; RIBEIRO, L.; OLIVEIRA, V. C. O apagamento racial nas estatísticas criminais. *In:* LIMA, R. S. (ed.). **Estatísticas de segurança:** produção e uso de dados criminais no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. *E-book.* 358p. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/estatisticas-de-seguranca-publica.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

FREDA, H. O Adolescente Freudiano*. In:* RIBEIRO, H. C.. POLLO, V; (org.). **Adolescência:** o despertar. Rio de Janeiro: Kalimeros; Escola Brasileira de Psicanálise,1996. p. 21-29.

FREUD, S. O infamiliar / Das Unheimliche (1919). *In:* Freud, S. **O infamiliar / Das Unheimliche** - seguido de O Homem da Areia. (1919). Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 28-125. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). *In*: Freud, S. Cultura, sociedade e religião**:** o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 137-232. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *In:* FREUD, S. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 119-229. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 7).

GELEDÉS − Instituto da Mulher Negra; CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Guia de enfrentamento ao racismo institucional.** *[S.l.]:* GELEDÉS; 2013a. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

GELEDÉS − Instituto da Mulher Negra; CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). **Guia de enfrentamento ao racismo institucional.** [S.l.(2013b). Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

GELEDÉS − Instituto da Mulher Negra; CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA). **Racismo institucional:** uma abordagem conceitual. **.** *[S.l.]:* GELEDÉS; 2013b. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

GONÇALVES, L. H. P. **Discurso do capitalista:** uma montagem em curto-circuito.São Paulo: Via Lettera, 2000. 127p.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

GRILLO, C.deF. C.; NOBRE, M.R; PRATES, P. S. (org.) **Direitos de crianças e adolescentes:** diagnóstico do Município de Belo Horizonte: escuta dos adolescentes. Belo Horizonte: IEAT/UMFG, 2024. [recurso eletrônico]. Disponível em: https://redeinfanciaeadolescenciaieat.org/#/home. Acesso em: 2 nov. 2024.

GUARESCHI, N.; OLIVEIRA, F. P.; GIANECHINI, L. G.; COMUNELLO, L. N.; PACHECO, M. L.; NARDINI, M. As relações raciais na construção das identidades. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 2, p. 55–64, jul. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000200007. Acesso em: 6 jun. 2024.

GUERRA, A. M.C.; ARANHA, M. da C.; VIDIGAL, M.F.. Já é Quadrinho do Morro: Juventudes e Complexidades Periféricas. **Revista de Psicologia da Universidade Federal do Ceará**, vol. 9, núm. 1, enero-junio, 2018, pp. 42-52. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32855. Acesso em: 26 maio 2024.

IANNINI, G.; SANTIAGO, J. Prefácio. Mal-estar: clínica e política. In: *FREUD, S.* Cultura, sociedade e religião*:* o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 33.63. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LACADEÉ, P. Da norma da conversação ao detalhe da conversação. *In:* LACADEÉ, P.; MONIER, F. (org.). **Le pari de la conversation**. Paris: *[s.n.],* [2000]. Tradução de VASCONCELOS, R. N; SANTIAGO, A. L. Bezerra.

LACADÉE, P. **O despertar e o exílio:** ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. 176p. Tradução de Cássia Rumenos Guardado e Vera Avellar Ribeiro

LACAN, J. Prefácio a O despertar da primavera*. In:* LACAN, J. **Outros Escritos** (1974). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003c. p. 557-559.

LACAN, J. Produção dos quatro discursos (1969). *In:* Lacan, J. **O Seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise (1969/1970). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 9-26.

LACAN, J. A impotência da Verdade (1970). *In:* Lacan, J. **O Seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise (1969/1970). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 174-190.

LACAN, J. Os corpos aprisionados pelo discurso (1972). *In:* Lacan, J. **O Seminário, livro 19:** ...ou pior. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 212 – 227. Tradução de Vera Ribeiro.

LAURENT, E. O analista cidadão. **Curinga Psicanálise e saúde mental**, Escola Brasileira de Psicanálise, Belo Horizonte, n. 13, 1999. p. 12-19.

LAURENT, E. Racismo 2.0. Lacan Cotidiano - Nº 371. *In:* HARARI, A; SANTIAGO, J.; VERAS, M. **AMPBlog.** *[S.l.],* 18 fev. 2014. Disponível em: http://ampblog2006.blogspot.com/2014/02/lacan-cotidiano-n-371-portugues.html. Acesso em: 6 jun. 2024.

LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017. 160p.

LEJBOWICZ, J. **El rechazo de lo femenino:** del horror al coraje. [S.l.]: Editora: Grama, 2011. *E-book*. 217 p.

MAIA, E.A. Apresentação. *In:* FERREIRA, T.; VORCARO, A. (org.). **Pesquisa e psicanálise:** do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. *E-book*. Posição 38-95.

NOSSA BH. Mapa das Desigualdades 2021. Belo Horizonte: Nossa BH, 2021. 71 p.. Disponível em: https://nossabh.org.br/2021/06/mapa-da-desigualdade-de-belo-horizonte-rmbh/. Acesso em: 6 jun. 2024.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018b.

MILLER, J-A. Em direção à adolescência. *In:* CASADO, R. **Blog do Rogelio Casado**. *[S.l.],* 16 mai. 2015. Disponível em: https://rogeliocasado.blogspot.com/2015/05/em-direcao-adolescencia-por-jacques.html. Acesso em: 6 jun. 2024.

MILLER, J-A. Problemas de pareja, cinco modelos, *In:* MILLER, J-A. et al. **La pareja e el amor:** conversaciones clinicas com Jacques Alain-Miller em Barcelona. Buenos Aires: Paidós, 2005. p.15-20.

MILLER, J.-A. Racismo. *In:* MILLER, J-A. **Extimidad:** Los Cursos Psicoanalíticos de J -A. Miller. Buenos Aires: Paidós, 2010. p. 43-58.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F.. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649–673, maio 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017. Acesso em: 6 jun. 2024.

REIS, R. F. **O genocídio dos adolescentes negros no município de Belo Horizonte: quem importa?** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B43GF5/1/disserta__o_rejane_ferreira_dos_reis_com_ata_da_defesa_e_ficha__catalogr_fica.pdf. Acesso em: 6 jun. 2024.

RIBEIRO, C. S. **Tornar-se negro, devir sujeito.** Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022. 160p.

SANTOS, E. F. dos; SCOPINHO, R. A. Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho. **Arq. bras. psicol**., Rio de Janeiro, v. 63, n. esp., p. 26-37, 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 jun. 2024.

SAVAGE, J. **A criação da juventude:** como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCISLESKI, A. C. C. et al. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 84–93, jan. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/KNBDkpGtwd3hcfBCS5n54WF/?lang=pt#. Acesso em: 02 nov. 2024.

STEVENS, A. Adolescência, sintoma da puberdade. Clínica do Contemporâneo. **Revista Curinga.** Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, n. 20, p. 27-39, 2004.

VICENTIN, M. C. G. Apresentação. *In:* DAVID, E. C. **Aquilombamento da saúde mental:** cuidado antirracista na atenção psicossocial. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 21-25.

VIEIRA, M. A. Meus dias de branco. **Correio Express:** Revista eletrônica da Escola Brasileira de Psicanálise, abr. 2022. Disponível em: https://www.ebp.org.br/correio_express/2022/04/18/meus-dias-de-branco1/. Acesso em: 6 jun. 2024.

ANEXO A - Aprovações do COEP e Termo de Anuência da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Janela da Escuta e a adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Gerais

Pesquisador: CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55731021.3.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.356.547

Apresentação do Projeto:

Recebi para novo parecer o projeto intitulado "Janela da Escuta e a adolescência: a tessitura de uma rede de cuidado no Estado de Minas Gerais" de autoria de CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO.

A adolescência é uma fase da vida marcada por profundas transformações no corpo e na mente dos indivíduos, porém que é única para cada um. Essas transformações se tornam ainda mais desafiadoras para aqueles jovens que estão à margem da sociedade (doenças crônicas, com laços familiares frágeis, usuários de drogas, trans, entre outros).

Apesar de existirem dispositivos sociais e legais para a sua proteção, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as políticas de atenção integral ao adolescente, há lacunas nesses processos devido a ausência de uma política nacional estruturada e sistematizada, inclusive com espaço para o monitoramento da saúde dos adolescentes.

O Ambulatório Janela da Escuta, localizado no Hospital das Clínicas, funciona como projeto de extensão universitária e clínica pública que desde 2005 e, ao contrário do que rege o movimento tecnicista, utiliza metodologias em que o profissional está como aprendiz, no campo da Saúde, da Psicanálise, da Arte e da Educação. Ou seja, o conhecimento parte do adolescente para o profissional e o lugar se torna um espaço de acolhimento, convívio, criação e fortalecimento de

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 ¿ 2º. Andar ¿ Sala 2005 ¿ Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

vínculos.

O objetivo deste trabalho é "investigar a percepção dos adolescentes, considerados especialistas de si, sobre a rede de Saúde e a rede de cuidado em geral e, a partir dessa avaliação e das narrativas dos seus percursos pela rede, fomentar, com eles, a produção de metodologias vivas e originais que, a partir da universidade, possam reverberar para as redes territoriais".

Para isso, está sendo proposta uma pesquisa-intervenção com a duração de 24 meses, na qual constam entrevistas narrativas com 20 adolescentes, sendo 10 deles considerados casos paradigmáticos. Além disso, propõe-se entrevistar 10 profissionais que atuaram no Ambulatório.

Objetivo da Pesquisa:

1. Fomentar e sistematizar a construção de metodologias para o trabalho com adolescentes e jovens;
2. Recolher os efeitos dessas metodologias numa clínica orientada pela escuta do adolescente como "especialista de si";
3. Investigar a hipótese de uma lacuna na Saúde do Adolescente em Minas Gerais;
4. Contribuir para o fortalecimento das redes e políticas públicas voltadas para os adolescentes;
5. Investigar os efeitos formativos da orientação clínica pela escuta do adolescente como "especialista de si" na formação de profissionais que atuam no campo da Saúde do Adolescente;
6. Contribuir para a formação abrangente de profissionais do campo da Saúde do Adolescente;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão bem antecipados e descritos no documento anexado à Plataforma Brasil. Segundo os autores, " Em primeiro lugar, deve-se reforçar que a participação dos sujeitos da pesquisa será voluntária e mediante consentimento informado por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tanto pelos adolescentes quanto por seus responsáveis, no caso dos menores de 18 anos. Reserva-se ainda aos adolescentes a liberdade de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento que assim desejarem. Além disso, o respeito à privacidade e ao sigilo é um

fundamento da pesquisa. Esse aspecto resvala no direito à confidencialidade, à preservação da identidade e à proteção. Assim, os sujeitos que desejarem participar da pesquisa terão a garantia de anonimato na análise dos dados e na publicação dos resultados".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Após a leitura e assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, serão realizadas entrevistas narrativas com 20 adolescentes, que serão entrevistados duas vezes: uma no início e outra vez ao final do processo. As entrevistas serão gravadas e transcritas

Segundo os pesquisadores, "10 casos considerados paradigmáticos serão submetidos a um estudo mais detalhado, por meio da construção do caso clínico. O critério para a escolha desses casos, que terão uma construção pormenorizada, levará em conta as populações mencionadas neste projeto como mais vulneráveis às lacunas no acesso às políticas públicas.: adolescentes que vivem com HIV/Aids, adolescentes com doenças graves, adolescentes com laços familiares frágeis, adolescentes com história de tentativa de autoextermínio,
adolescentes que praticam cortes ou automutilação, adolescentes que usam drogas,
adolescentes trans, adolescentes em conflito com a lei, adolescentes marcados pelo dito
fracasso escolar e adolescentes com trajetória de vida nas ruas. Cada um dos casos será
analisado de forma isolada, em sua singularidade".

Também serão recolhidos os materiais produzidos durante todo o percurso dos adolescentes pelo Ambulatório, inclusive os materiais artísticos. Também serão gravadas e transcritas as conversações clínicas nas quais a discussão do caso é feita pelos profissionais da equipe, convocando também os profissionais das redes territoriais.

Por fim, os participantes serão convidados a darem testemunho em vídeo de sua relação com o Janela da Escuta e esses vídeos serão produzidos no contexto das oficinas de arte que acontecem no Ambulatório.

Também serão entrevistados 10 profissionais que trabalham com adolescentes e que fizeram formação, especialmente pós-graduação, com passagem pelo Ambulatório Janela da Escuta. As entrevistas serão gravadas e transcritas e comparadas visando a produção de um relatório que

servirá para o diagnóstico e aprimoramento desses espaços de formação.

Além de relatórios de pesquisa, os resultados serão divulgados por meio de um PITCH, ou seja, um produto audiovisual voltado para o público leigo, onde constarão imagens dos participantes após aceite dos Termos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
A proposta se encontra muito bem planejada e estruturada, tendo recebido parecer positivo do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina e do GEPE (EBSERH/HC UFMG), constando, em anexo a essa submissão, ambos pareceres.

Os pesquisadores apresentaram um TCLE e um TALE nos quais constam todas as informações obrigatórias segundo a Resolução CNS 466/2012.

No meu primeiro parecer, de 1 de abril de 2022 (5.326.334), listei algumas questões éticas que precisavam ser analisadas e sanadas a fim de compactuar com a Resolução 466/2012.

Neste novo parecer, listo uma a uma se as considerações foram atendidas com base na Carta Resposta e nos novos documentos anexados a essa submissão.

1 - Sugerimos a adequação dos TALE e TCLE para a linguagem coloquial e sem jargões.

No primeiro parecer, havíamos notado a presença de frases complexas.
As mesmas foram substituídas por linguagem de fácil entendimento e apropriadas para o público participante da pesquisa.

2 - No TALE e TCLE, incluir que o jovem será entrevistado no mínimo 2 vezes, na entrada e saída do projeto.

A frase foi incluída. "A proposta é realizar pelo menos dois encontros, um no início da pesquisa e outro após um ano, mas podemos fazer mais encontros caso seja interessante para a pesquisa e o

seu(a) filho(a) esteja de acordo."

3 - Refletir sobre a garantia de privacidade e confidencialidade da identidade dos participantes já que haverá exposição do seu rosto e voz. Não seria melhor utilizar um programa de mudança de timbre de voz e não filmar o rosto?

A sugestão foi acatada pelos pesquisadores. Agora, lê-se: "Todos os cuidados serão observados para não revelar o nome do jovem pelo qual você é responsável, além disso, essas gravações não vão filmar o rosto dele(a) e a gravação de voz terá o timbre alterado para garantir total anonimato."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Tendo sido atendidas todas as solicitações em parecer anterior, somos s.m.j. favoráveis à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:
Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1729758.pdf	08/04/2022 15:48:27		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Plataforma_Brasil_Janela.pdf	08/04/2022 15:47:52	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA	Aceito

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Continuação do Parecer: 5.356.547

Outros	Carta_Resposta_Plataforma_Brasil_Janela.pdf	08/04/2022 15:47:52	GRILLO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEs_TALE_Janela.pdf	08/04/2022 15:46:42	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Janela_da_Escuta_PlatBR.pdf	08/04/2022 15:45:29	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Outros	Parecer_Consubstanciado_Camara_Departamental_Janela_da_Escuta.pdf	10/02/2022 18:49:14	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Janela_da_Escuta.pdf	10/02/2022 18:47:28	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Outros	Carta_Anuencia_GEP.pdf	10/02/2022 18:42:33	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito
Outros	Parecer_Gepe_Janela.pdf	03/09/2021 17:37:57	CRISTIANE DE FREITAS CUNHA GRILLO	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELO HORIZONTE, 18 de Abril de 2022

Assinado por:
Crissia Carem Paiva Fontainha
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 ¿ 2º. Andar ¿ Sala 2005 ¿ Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

PREFEITURA
BELO HORIZONTE

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Declaramos conhecer o projeto de pesquisa **'ADOLESCÊNCIA, SAÚDE E ESCOLA: VÍNCULOS E RUPTURAS ANTES E DURANTE A PANDEMIA DO COVID 19 E PERSPECTIVAS FUTURAS'**, sob a responsabilidade da pesquisadora **VALÉRIA BARBOSA DE ANDRADE E SILVA**, CPF 001.491.616-97, cujo objetivo é 'investigar, através das redes de educação e saúde, quais fatores podem provocar o engajamento e/ou a ruptura entre adolescentes e estas redes' e autorizamos que este estudo seja executado nas Unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMSA-BH.

Esta autorização foi subsidiada por uma apreciação institucional das gerências responsáveis pela temática da pesquisa e está condicionada ao cumprimento pelos (a/o) pesquisadores (a/o) dos requisitos das Resoluções 466/12, 510/16 e suas complementares.

A SMSA-BH deverá constar como coparticipante da pesquisa.

Solicitamos que, ao término da pesquisa, a data da apresentação do trabalho seja informada à Assessoria de Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, assim como a referência do mesmo, em caso de publicação.

A utilização dos dados pessoais dos sujeitos da pesquisa se dará exclusivamente para os fins científicos propostos, mantendo o sigilo e garantindo a utilização das informações sem prejuízo das pessoas, grupos e ou comunidades.

Escolas:
Solicitamos que o pesquisador entre em contato com a Secretaria Municipal de Educação para a liberação da pesquisa. Contato: Mayrce Terezinha (tel 32778625 ou e-mail gecedi@pbh.gov.br).

O início do estudo dependerá de sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da SMSA.

Este Termo de Anuência terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2022

Edmundo Gustavo C. de Araújo
BM 108.972-X
Gerência de Integração do Cuidado à Saúde
DIAS/SUASA/SMSA/PBH

Edmundo Gustavo Cipriano de Araújo
Gerência de Integração do Cuidado à Saúde
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Cláudia Fidelis Barcaro BM 114310-5
Assessoria de Educação em Saúde
ASEDS-SA/ SUASA-BH

Cláudia Fidelis Barcaro
Assessoria de Educação em Saúde
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Assessoria de Educação em Saúde/ASEDS-SA
Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMSA/BH
Rua Frederico Bracher Júnior, nº103 - 3º andar - Padre Eustáquio - CEP 30 720-000 – Belo Horizonte/MG.
Telefone: (31) 3277 9281 / 8516 e Fax (31) 3277 8458 / e-mail: aseds@pbh.gov.br

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE
Adolescentes participantes da pesquisa (12 a 18 anos)

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa sobre os direitos da criança e do adolescente em Belo Horizonte. Neste estudo, queremos passar um tempo ouvindo você, para entender um pouco sobre como os adolescentes vivem, se divertem, estudam, fazem amigos e aproveitam os espaços de nossa cidade.

Caso não queira, você não precisa participar, é um direito seu. Se participar, você não terá nenhum gasto e nem receberá nada para isso.

Para fazer a pesquisa, iremos passar um tempo com você, com sua família e com outros adolescentes durante algumas atividades de seu dia-a-dia. Também iremos fazer filmagens, fotografias, desenhos e brincadeiras, além de muitas conversas. Estaremos sempre anotando algumas coisas em um caderno para não nos esquecermos depois. Também vamos fazer entrevistas com adultos(as), incluindo pessoas da sua família e da escola.

Queremos que você fique à vontade durante a pesquisa e faremos de tudo para que não se sinta envergonhado(a). Você pode deixar de participar das atividades a qualquer momento e, caso se sinta desconfortável com alguma atividade, poderá falar com a gente pessoalmente ou pelos telefones escritos no final desta página.

Todo o material que vamos produzir (áudios, fotografias, filmagens, desenhos e notas de campo) vai ser utilizado somente para a divulgação da pesquisa. Nós, pesquisadoras, vamos guardar esse material por 05 (cinco) anos. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos para outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos passar.

Além disso, qualquer traço dos registros (desenhos, vídeos e fotografias) que identifique os participantes e suas atividades não será divulgado. Quando a pesquisa terminar, todo esse material vai resultar em um trabalho que vamos apresentar na Universidade, podendo dar origem também a outros escritos, como textos, artigos e relatórios. Você poderá escolher com qual nome deseja estar nesses trabalhos.

Você vai ficar com uma versão desse documento em papel e, se tiver alguma dúvida, pode nos perguntar pessoalmente ou pelos telefones abaixo.

Atenciosamente,

Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada com Infância e Adolescência, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Você consente com o uso das gravações de som (voz) e de imagem (foto ou vídeo), além do material produzido nas atividades, para a realização de estudos e demais documentos de pesquisa?

☐ NÃO

☐ SIM (neste caso, deve ser preenchido e assinado o termo de uso anexo a este documento)

De acordo:

Nome do/a jovem: _____.

Assinatura do/a responsável: _____.

Assinatura do/a pesquisador/a: _____.

Local e data:_____, _____ /_____ /_____.

Responsáveis:

Cristiane de Freitas Cunha Grillo: 31 98797-2046 – cristianedefreitascunha@gmail.com

Patrícia Spyer Prates: 31 99979-4327 – patspyer@gmail.com

Márcio Rimet Nobre: 31 98627-7480 – marcionobre205@hotmal.com

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31.270-901 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (31) 3409-4592. Horário de atendimento: de 9:00hs às 11:00hs e de 14:00hs às 16:00hs.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da Cédula de identidade nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº_____, bairro _____, município de Belo Horizonte, responsável pelo/pela criança/adolescente _____, RG _____, pelo presente instrumento AUTORIZO à Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte MG, a UTILIZAR, DIVULGAR E DISPOR DA IMAGEM E/OU VOZ DO MENOR DE IDADE ACIMA IDENTIFICADO para fins jornalísticos, publicitários, educativos, informativos, institucionais e técnicos, em obras sem fins lucrativos e de caráter público.

Declaro estar ciente de que esta autorização não transfere à Rede da UFMG qualquer ônus ou responsabilidades civis ou criminais decorrentes do conteúdo do material disponibilizado em sítio eletrônico da instituição ou em outras mídias, na íntegra ou em partes.

O presente Termo é firmado em caráter irrevogável, irretratável e por prazo indeterminado, tendo sido outorgado livre, espontânea e gratuitamente, com base na Lei nº 9.610/98, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for.

Por serem estas informações a expressão da verdade, na melhor forma do Direito e de minha livre e espontânea vontade, subscrevo o presente Termo.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura

ANEXO C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE
Adolescentes participantes da pesquisa (12 a 18 anos)

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa sobre os direitos da criança e do adolescente em Belo Horizonte. Neste estudo, queremos passar um tempo ouvindo você, para entender um pouco sobre como os adolescentes vivem, se divertem, estudam, fazem amigos e aproveitam os espaços de nossa cidade.

Caso não queira, você não precisa participar, é um direito seu. Se participar, você não terá nenhum gasto e nem receberá nada para isso.

Para fazer a pesquisa, iremos passar um tempo com você, com sua família e com outros adolescentes durante algumas atividades de seu dia-a-dia. Também iremos fazer filmagens, fotografias, desenhos e brincadeiras, além de muitas conversas. Estaremos sempre anotando algumas coisas em um caderno para não nos esquecermos depois. Também vamos fazer entrevistas com adultos(as), incluindo pessoas da sua família e da escola.

Queremos que você fique à vontade durante a pesquisa e faremos de tudo para que não se sinta envergonhado(a). Você pode deixar de participar das atividades a qualquer momento e, caso se sinta desconfortável com alguma atividade, poderá falar com a gente pessoalmente ou pelos telefones escritos no final desta página.

Todo o material que vamos produzir (áudios, fotografias, filmagens, desenhos e notas de campo) vai ser utilizado somente para a divulgação da pesquisa. Nós, pesquisadoras, vamos guardar esse material por 05 (cinco) anos. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos para outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos passar.

Além disso, qualquer traço dos registros (desenhos, vídeos e fotografias) que identifique os participantes e suas atividades não será divulgado. Quando a pesquisa terminar, todo esse material vai resultar em um trabalho que vamos apresentar na Universidade, podendo dar origem também a outros escritos, como textos, artigos e relatórios. Você poderá escolher com qual nome deseja estar nesses trabalhos.

Você vai ficar com uma versão desse documento em papel e, se tiver alguma dúvida, pode nos perguntar pessoalmente ou pelos telefones abaixo.

Atenciosamente,

Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada com Infância e Adolescência, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Você consente com o uso das gravações de som (voz) e de imagem (foto ou vídeo), além do material produzido nas atividades, para a realização de estudos e demais documentos de pesquisa?

☐ NÃO

☐ SIM (neste caso, deve ser preenchido e assinado o termo de uso anexo a este documento)

De acordo:

Nome do/a jovem: _____.

Assinatura do/a responsável: _____.

Assinatura do/a pesquisador/a: _____.

Local e data:_____, _____ /_____ /_____.

Responsáveis:

Cristiane de Freitas Cunha Grillo: 31 98797-2046 – cristianedefreitascunha@gmail.com

Patrícia Spyer Prates: 31 99979-4327 – patspyer@gmail.com

Márcio Rimet Nobre: 31 98627-7480 – marcionobre205@hotmal.com

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31.270-901 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (31) 3409-4592. Horário de atendimento: de 9:00hs às 11:00hs e de 14:00hs às 16:00hs.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da Cédula de identidade nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº_____, bairro _____, município de Belo Horizonte, responsável pelo/pela criança/adolescente _____, RG _____, pelo presente instrumento AUTORIZO à Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte MG, a UTILIZAR, DIVULGAR E DISPOR DA IMAGEM E/OU VOZ DO MENOR DE IDADE ACIMA IDENTIFICADO para fins jornalísticos, publicitários, educativos, informativos, institucionais e técnicos, em obras sem fins lucrativos e de caráter público.

Declaro estar ciente de que esta autorização não transfere à Rede da UFMG qualquer ônus ou responsabilidades civis ou criminais decorrentes do conteúdo do material disponibilizado em sítio eletrônico da instituição ou em outras mídias, na íntegra ou em partes.

O presente Termo é firmado em caráter irrevogável, irretratável e por prazo indeterminado, tendo sido outorgado livre, espontânea e gratuitamente, com base na Lei nº 9.610/98, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for.

Por serem estas informações a expressão da verdade, na melhor forma do Direito e de minha livre e espontânea vontade, subscrevo o presente Termo.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Pais ou responsáveis pelos adolescentes até 18 anos

TÍTULO DA PESQUISA: Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais

COORDENADOR(A) DA PESQUISA: Maria Fernanda Salcedo Repolês

(Contato: mariaf.salcedo@gmail.com)

Polos de Cidadania - Faculdade de Direito da UFMG

Av. João Pinheiro, 100, Prédio 1, 6º andar, Centro, Belo Horizonte - MG

Contatos: (31) 3409-8676

O/a adolescente pelo(a) qual você é responsável está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre os direitos de crianças e adolescentes do município de Belo Horizonte, com vistas a realizar um diagnóstico. A condução desse trabalho estará a cargo da Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais.

Para que ele ou ela possa participar, o Senhor ou Senhor deverá assinar este termo, autorizando esta participação. Os pais ou responsáveis que concordarem, estão cientes de que são voluntários, de que não receberão remuneração, não terão nenhum custo com a pesquisa e de que serão informados sobre o seu andamento sempre que desejarem.

Somente quem desejar, vai participar da pesquisa. Quem não quiser, não terá nenhum prejuízo, mas é importante esclarecer que não há riscos para sua/seu filha/o, pois serão realizadas atividades e entrevistas, por meio de encontros onde serão abordados temas diversos do interesse dos jovens.

As conversas e atividades serão gravadas e eventualmente filmadas com o único objetivo de facilitar que os pesquisadores possam recordar sobre o que foi feito ou falado. Sua/seu filha/o tem garantia quanto ao sigilo que assegura a privacidade da sua identidade e dos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. As informações

obtidas serão mantidas em sigilo dentro dos limites garantidos pela lei e o conteúdo recolhido, caso seja utilizado, não virá identificado pelos nomes dos jovens escutados.

Este termo seguirá em duas vias. Uma via será arquivada pela Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais e a outra será fornecida a você.

Caso tenha alguma dúvida em relação aos procedimentos éticos nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG, relacionado ao final deste documento.

Atenciosamente,

Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada com Infância e Adolescência, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Você consente com o uso das gravações de som (voz) e de imagem (foto ou vídeo), além do material produzido nas atividades, para a realização de estudos e demais documentos de pesquisa?

☐ NÃO

☐ SIM (neste caso, deve ser preenchido e assinado o termo de uso anexo a este documento)

De acordo:

Nome do/a jovem: _____.

Assinatura do/a responsável: _____.

Assinatura do/a pesquisador/a: _____.

Local e data:_____, _____ /_____ /_____.

Responsáveis:

Cristiane de Freitas Cunha Grillo: 31 98797-2046 – cristianedefreitascunha@gmail.com

Patrícia Spyer Prates: 31 99979-4327 – patspyer@gmail.com

Márcio Rimet Nobre: 31 98627-7480 – marcionobre205@hotmal.com

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31.270-901 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (31) 3409-4592. Horário de atendimento: de 9:00hs às 11:00hs e de 14:00hs às 16:00hs.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da Cédula de identidade nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº_____, bairro _____, município de Belo Horizonte, responsável pelo/pela criança/adolescente _____, RG _____, pelo presente instrumento AUTORIZO à Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte MG, a UTILIZAR, DIVULGAR E DISPOR DA IMAGEM E/OU VOZ DO MENOR DE IDADE ACIMA IDENTIFICADO para fins jornalísticos, publicitários, educativos, informativos, institucionais e técnicos, em obras sem fins lucrativos e de caráter público.

Declaro estar ciente de que esta autorização não transfere à Rede da UFMG qualquer ônus ou responsabilidades civis ou criminais decorrentes do conteúdo do material disponibilizado em sítio eletrônico da instituição ou em outras mídias, na íntegra ou em partes.

O presente Termo é firmado em caráter irrevogável, irretratável e por prazo indeterminado, tendo sido outorgado livre, espontânea e gratuitamente, com base na

Lei nº 9.610/98, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for.

Por serem estas informações a expressão da verdade, na melhor forma do Direito e de minha livre e espontânea vontade, subscrevo o presente Termo.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura

ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Tutores

TÍTULO DA PESQUISA: Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais

COORDENADOR(A) DA PESQUISA: Maria Fernanda Salcedo Repolês

(Contato: mariaf.salcedo@gmail.com)

Polos de Cidadania - Faculdade de Direito da UFMG

Av. João Pinheiro, 100, Prédio 1, 6º andar, Centro, Belo Horizonte - MG

Contatos: (31) 3409-8676

O(a) adolescente que se encontra sob sua tutela (de sua instituição) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Direitos de Crianças e Adolescentes: Diagnóstico no Município de Belo Horizonte. A condução desse trabalho estará a cargo da Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pesquisa tem como objetivo contribuir para o fortalecimento do controle social da política de atendimento aos direitos da infância e adolescência, potencializando sua atuação e a dos atores responsáveis. Com isso, busca-se facilitar o planejamento das ações voltadas para esse público, por meio da elaboração de indicadores para monitoramento, e a avaliação das ações executadas pelo poder público e/ou por organizações da sociedade civil, bem como a sistematização e compartilhamento de interfaces e experiências.

Como tuto, sua contribuição é muito importante para esta pesquisa. Para participar, solicitamos que a Senhora ou o Senhor assine este termo, estando ciente de que a participação é de caráter voluntário, não cabendo remuneração, bem como não havendo nenhum custo com a pesquisa.

As conversas e atividades serão gravadas e eventualmente filmadas com o único objetivo de facilitar que os pesquisadores possam retomar os pontos abordados nos contatos. Para o trabalho, a equipe garante o sigilo dos dados, assegurando a privacidade das informações, bem como a confidencialidade de sua identidade. As informações obtidas serão mantidas em sigilo dentro dos limites garantidos pela lei e o conteúdo recolhido, caso seja utilizado, não virá identificado pelos nomes daqueles que os forneceram.

Este termo seguirá em duas vias, sendo, uma delas arquivada pela Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, e a outra fornecida a você.

Caso tenha alguma dúvida em relação aos procedimentos éticos nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG, relacionado ao final deste documento.

Atenciosamente,

Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada com Infância e Adolescência, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Você consente com o uso das gravações de som (voz) e de imagem (foto ou vídeo), além do material produzido nas atividades, para a realização de estudos e demais documentos de pesquisa?

☐ NÃO

☐ SIM (neste caso, deve ser preenchido e assinado o termo de uso anexo a este documento)

De acordo:

Nome do/a jovem: _____.

Assinatura do/a responsável: _____.

Assinatura do/a pesquisador/a: _____.

Local e data:_____, _____ /_____ /_____.

Responsáveis:

Cristiane de Freitas Cunha Grillo: 31 98797-2046 – cristianedefreitascunha@gmail.com

Patrícia Spyer Prates: 31 99979-4327 – patspyer@gmail.com

Márcio Rimet Nobre: 31 98627-7480 – marcionobre205@hotmal.com

Em caso de dúvidas com relação à pesquisa e/ou aos aspectos éticos deste estudo, você poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil; CEP.: 31.270-901 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (31) 3409-4592. Horário de atendimento: de 9:00hs às 11:00hs e de 14:00hs às 16:00hs.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da Cédula de identidade nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº_____, bairro _____, município de Belo Horizonte, pelo presente instrumento AUTORIZO à Rede Transdisciplinar de Pesquisa Social Aplicada sobre Infância e Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais, localizada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte MG, a UTILIZAR, DIVULGAR E DISPOR DE MINHA IMAGEM E/OU VOZ para fins jornalísticos, publicitários, educativos, informativos, institucionais e técnicos, em obras sem fins lucrativos e de caráter público.

Declaro estar ciente de que esta autorização não transfere à Rede da UFMG qualquer ônus ou responsabilidades civis ou criminais decorrentes do conteúdo do material disponibilizado em sítio eletrônico da instituição ou em outras mídias, na íntegra ou em partes.

O presente Termo é firmado em caráter irrevogável, irretratável e por prazo indeterminado, tendo sido outorgado livre, espontânea e gratuitamente, com base na Lei nº 9.610/98, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for.

Por serem estas informações a expressão da verdade, na melhor forma do Direito e de minha livre e espontânea vontade, subscrevo o presente Termo.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____.

_____

Assinatura

ANEXO F – PROJETO DE LEI ELABORADO PELOS VEREADORES-MIRINS PROJETO DE LEI Nº 12

Institui a Educação Antirracista nas escolas do Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1o - Fica instituída a Educação Antirracista nas escolas do Município.

Art. 2o - A Educação Antirracista será promovida por meio de:

I - cartazes que divulguem conceitos antirracistas;

II - roda de conversa;

III - teatro organizado pelos alunos nas escolas.

§ 1o - Os cartazes de que trata o inciso I do caput promoverão a conscientização sobre o tema mediante perguntas e respostas.

§ 2o - A roda de conversa de que trata o inciso II do caput será realizada entre:

I – vereadores-mirins;

II - alunos;

III - professores;

IV - coordenadores;

V - direção da escola;

VI - pais de alunos;

VII - mediadores.

Art. 3o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2023.

Vereadora Aninha VL

Vereador Tomás Oliveira